

5.<sup>a</sup> Reunião  
(29 de março de 2016)

**SUMÁRIO**

O Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 9 horas e 40 minutos.

Procedeu-se à audição do Dr. Joaquim Marques dos Santos (ex-Administrador, ex-Presidente da Comissão Executiva e ex-*Chairman* do BANIF), que, após uma intervenção inicial, respondeu às questões colocadas pelos Deputados Margarida Mano (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Rubina Berardo (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 12 horas e 47 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que estamos em condições de iniciar os nossos trabalhos.

*Eram 9 horas e 40 minutos.*

Queria só dar duas informações antes de começarmos a audição do Dr. Joaquim Marques dos Santos, a primeira das quais diz respeito a substituições.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a substituição da Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Domingos, que era efetiva, e do Sr. Deputado Marco António Costa, que era suplente — deixam, portanto, de fazer parte desta Comissão —, pelo Sr. Deputado Carlos Silva, que era suplente e passa a efetivo, e pelas Sr.<sup>as</sup> Deputadas Joana Barata Lopes e Maria Emília Cerqueira, que passam a fazer parte desta Comissão como suplentes.

Uma segunda informação diz respeito ao Dr. Vítor Gaspar.

O Dr. Vítor Gaspar entrou em contacto connosco, manifestando a sua disponibilidade para colaborar com esta Comissão, com a única limitação de se encontrar a residir em Washington, como é sabido, e não estar nas suas previsões vir a Portugal nos próximos meses. Portanto, esta é uma situação que, oportunamente, consideraremos e que poderá passar, eventualmente, por um pedido de depoimento por escrito, mas é

um procedimento relativamente ao qual temos ainda algum tempo para decidir. A informação que queria aqui registar era a de que o Dr. Vítor Gaspar, embora não lhe tenha chegado a nossa convocatória, teve conhecimento da mesma e entrou em contacto connosco, por *e-mail*, manifestando a sua disponibilidade para colaborar.

Posto isto, vamos, então, dar início à primeira audição no âmbito dos nossos trabalhos, a do Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos, ex-Administrador, ex-Presidente da Comissão Executiva e *ex-Chairman* do BANIF.

Antes, porém, fazemos uma breve pausa para permitir a entrada na sala do depoente.

*Pausa.*

Cumpridas as formalidades mediáticas, quero dar as boas-vindas ao Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos e agradecer a sua disponibilidade para colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Já tive oportunidade de, informalmente, lhe dar a conhecer a metodologia a seguir pela Comissão, ou seja, haverá três rondas de perguntas, as quais serão iniciadas pelo maior partido. Na primeira ronda, cada partido dispõe de 8 minutos e a audição seguirá o formato de pergunta/resposta; na segunda ronda, haverá intervenções de cada grupo parlamentar, por 5 minutos, com

resposta no final; e, na terceira ronda, os Srs. Deputados que a pretendam dispõem de 3 minutos, havendo uma resposta no final.

Também como é hábito, dá-se a oportunidade ao depoente de, querendo, poder fazer uma intervenção inicial, indicativamente até 15 minutos, e o nosso depoente já me informou de que pretende fazer uma breve intervenção inicial.

Assim sendo, para esse efeito, dou, de imediato, a palavra ao Dr. Joaquim Marques dos Santos, agradecendo, mais uma vez, a sua colaboração.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos** (ex-Administrador, ex-Presidente da Comissão Executiva e ex-*Chairman* do BANIF):  
— Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas duas ou três palavras iniciais, para dizer que já saí do Banco em 2012. Concretamente, exerci funções até ao dia 22 de março de 2012.

Quando saí do Banco não trouxe comigo quaisquer documentos, portanto tudo ficou no Banco. Não tenho acesso, neste momento, a quaisquer documentos, e após a minha saída nunca tive contactos formais com os órgãos sociais do Banco e/ou do Grupo, pelo que tudo o que conheço é o que vem na comunicação social.

Gostaria também de dizer que todas as decisões tomadas enquanto lá estive estão devidamente documentadas e justificadas, com todos os seus fundamentos, e constam de todos os arquivos do Banco.

Por último, gostaria de dizer que iniciei funções no BANIF com a sua fundação, em janeiro de 1988, já como membro do Conselho de Administração, em 2000, passei a Presidente da Comissão Executiva e, em 2010, por volta de meados do ano, em junho, passei a *Chairman*, após a morte do Comendador Horácio Roque. Saí em 2012, depois de 24 anos ao serviço do BANIF, cumprindo, portanto, oito mandatos no exercício de funções de gestão no BANIF.

Coloco-me agora à vossa disposição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, agradeço e, como previsto, vou começar por dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Mano, para formular as perguntas que entender.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Sr. Presidente, neste primeiro momento de audições nesta Comissão de Inquérito, apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente, aos colegas Deputados da Comissão, ao Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos, aos Srs. Assessores e Técnicos, aos Srs. Jornalistas e a todos aqueles que nos acompanham nesta audição.

Estou certa de que todos teríamos preferido que não tivesse sido necessário estar aqui hoje, mas, estando, estamos bem cientes da importância dos trabalhos a desenvolver no âmbito do objeto desta Comissão, que está definido e que, relativamente a esta audição, respeita concretamente à alínea *a*) da Resolução, que se

refere a «Avaliar as condições, nomeadamente as modalidades e práticas de gestão, e fundamentos que justificaram e conduziram à recapitalização do BANIF, (...)».

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD tudo fará, com o seu contributo de compromisso político, para que a Comissão cumpra da melhor forma os seus objetivos, de modo a que os portugueses possam bem entender e avaliar aquilo que se passou.

Vou formular duas ou três questões e, se o Sr. Doutor não se importar, farei as questões e responderá, pelo que irei interrompendo.

A primeira questão tem a ver com a atividade do BANIF, de 2007 a 2011. Durante o tempo em que estive no Grupo e, em particular, no período em que assumiu as funções de Vice-Presidente e, mais tarde, de Presidente do Conselho de Administração, ou seja, na década de 2000, viveu, certamente, contextos bastante conturbados. Estou a pensar, nos anos mais recentes, em vários acontecimentos externos importantes, como foi o caso, em 2007, da crise do *subprime*, em 2008, da falência do Lehman e cá, em novembro, da nacionalização do BPN, em 2009, da crise das dívidas soberanas, em 2010, da entrada da troica na Grécia, em abril, e depois na Irlanda e, em 2011, naturalmente, da entrada da troica em Portugal.

Contudo, curiosamente, quando se analisam as contas, de 2005 a 2011, todas estas crises parecem ter sido positivas para o BANIF. A carteira de crédito bruto quase duplicou, em plena crise

— passou de 4600 milhões para 8500 milhões —, e estou a retirar o efeito quer da Caixa Açoreana, quer do Grupo Financeiro, o Banco aumenta os recursos, numa altura de grande disputa no mercado, em mercados onde os mesmos escasseavam — passam também de 4600 milhões, em 2005, para 8500 milhões, em 2011 —, regista o maior crescimento de sempre em abertura de agências, e estou a citar uma frase de um relatório do próprio Grupo, e a rentabilidade aumenta, e aumenta quer em termos de margem financeira, que sobe todos os anos, até 2011, situando-se, nesse ano, em 231 milhões de euros, quer em termos de produto bancário, que também aumenta todos os anos.

Portanto, o Banco cresce numa altura em que o setor financeiro se retrai e em que, claramente, aumenta o risco da concessão de crédito. Ao longo deste período, nos relatórios e contas, continua a afirmar-se que a carteira de crédito é saudável, estando a maior parte classificada em qualidade *standard* e qualidade superior, em todos os relatórios, designadamente, nas páginas 45, 47 e 66, respetivamente, de 2008, 2009 e 2010. Assim, a minha pergunta é esta: que leitura faz deste crescimento, aparentemente, a contraciclo ou, diria, mesmo a contraciclo, em particular no crédito e, fundamentalmente, da sua sustentabilidade? E em que medida é que o Banco procedeu ao necessário ajustamento da análise de risco e das medidas de controlo de crédito à conjuntura em que se vivia, que era, claramente, uma conjuntura excecional?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — É uma pergunta bastante ampla, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas vou tentar responder recorrendo à minha memória.

De facto, assim foi, o Banco cresceu e lembro que, no ano de 2008, fizemos uma alteração substancial na sua imagem. Foi nessa altura que apareceu a célebre campanha do centauro, com o 20.º aniversário do Banco, e estávamos todos, mas todos — não era só o BANIF —, numa política de crescimento da atividade do Banco.

Os dados que referiu, se os leu nos relatórios, são os que lá constam, mas devo dizer que a atividade do Banco era programada anualmente e trianualmente, ou seja, tínhamos um plano trienal e todos os anos fazíamos um orçamento, digamos, para a atividade do ano seguinte. Evidentemente, na elaboração do orçamento, tínhamos como pontos-base a conjuntura internacional — é um facto — e também a conjuntura nacional, mas a base fundamental da elaboração dos orçamentos era o Orçamento do Estado, que também tinha o seu crescimento, o seu endividamento, a evolução do emprego, enfim, tinha todas as variáveis com base nas quais o Banco elaborava a sua perspetiva para o próximo ano.

Portanto, temos de enquadrar o crescimento do Banco na conjuntura que, na altura, se vivia.

Devo dizer que também vivíamos numa situação de — como é que hei de dizer? — grande concorrência entre as unidades do sistema financeiro e o clima que se vivia, apesar da *subprime* e dos



ativos tóxicos que tiveram início nos Estados Unidos, não teve grande repercussão na banca portuguesa. Não teve! O que houve foram coisas muito insignificantes, nenhum banco, que me lembre, foi afetado por esses ativos tóxicos.

Portanto, criou-se uma ideia de que o País estava um bocadinho fora desses problemas dos ativos tóxicos em resultado do *subprime*.

Os dados que deu são, de facto, o aumento do produto bancário, da margem financeira, tudo isso é verdade, mas talvez possa acrescentar ainda uma outra coisa: o Banco, salvo erro, em 1994 ou 1995, enfocou a sua atividade no apoio às PME e criou uma rede comercial própria de apoio às PME. Evidentemente, houve um crescimento bastante grande e um predomínio efetivo da atividade do Banco no apoio às PME. Ora, como sabemos, as PME, e as empresas em geral, em Portugal, são empresas que, infelizmente, não têm grandes capitais próprios e, portanto, recorrem aos capitais alheios obviamente para financiarem a sua atividade em situação de crise, que, depois, veio a verificar-se com grande ênfase. E, evidentemente, isso depois tem o seu custo. De facto, esse apoio às PME proporcionou um crescimento razoável do Banco face ao setor.

Não sei se respondi à sua questão.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Penso que respondeu e que não respondeu, neste sentido: de facto, podem ter crescido, mas não naturalmente aos níveis a que cresceu o BANIF e, sobretudo, não cresceram no crédito.

Aliás, quando diz que não teve grande influência na banca portuguesa, concretamente, e apenas a crise das dívidas soberanas teve uma implicação brutal, na medida em que Portugal aumentou o nível de risco enquanto País e, portanto, como é óbvio, o impacto foi brutal nos mercados financeiros.

Por outro lado, também achei estranho, confesso, que tenha dito que o BANIF elaborava o seu orçamento com base no Orçamento do Estado, não sendo um Banco que financia, pelo menos pelo que pude ver, ou que tenha uma grande ligação com o setor público. Em termos relativos, obviamente que o Orçamento do Estado há de ter uma influência, mas não pode justificar, de forma nenhuma, parece-me, a atividade do Banco, sobretudo em termos de crédito.

A minha segunda questão tem muito a ver com o crédito concedido até 2011, porque a sensação que dá, quando a banca começa a retrair e a não conceder crédito, é que outros bancos, e o BANIF em particular, começam a conceder crédito e a apanhar um crédito de maior risco.

De qualquer forma, a partir de 2011, verificou-se um aumento exponencial das provisões no BANIF que coincide com a entrada da troica, porque até aí as provisões eram muito pouco

significativas. Mas em 2011, já depois a versão corrigida, pela primeira vez regista-se um aumento significativo, situando-se nos 813 milhões.

Os documentos a que hoje temos acesso evidenciam, por várias vias, uma relação entre a situação do Grupo e a gestão até 2012. E vou utilizar três fontes, sendo que a primeira é uma carta da Comissão Europeia com a decisão da recapitalização, onde se refere que os problemas que levam à necessidade de capital no BANIF são, para além da deterioração da situação da economia portuguesa a partir de 2009 — e passo a citar: «As deficiências sérias na fixação de preço e gestão de risco que provocaram níveis excecionalmente altos de risco de crédito com uma extremamente fraca posição de capital.»

A segunda, do Banco de Portugal, já em 2014, regista-se numa ata onde é referida a auditoria forense ao BANIF, cujo relatório ainda não temos, mas para o qual iremos fazer um requerimento específico, onde se refere — e passo a citar também: «Esta auditoria foi feita com o objetivo de avaliar a atuação dos órgãos de gestão do Grupo no período compreendido entre 31 de março de 2007 e 31 de março de 2012, em particular no que respeita à concessão de crédito, incluindo operações com entidades relacionadas, bem como o controlo das atividades de filiais do Grupo no exterior.» No mesmo relatório é referido ainda que o relatório final indicia a existência de diversas irregularidades praticadas em várias sociedades.

Finalmente, refiro o próprio relatório e contas de 2014 do Grupo, que, na página 118, evidencia que mais de 80% das imparidades existentes em dezembro de 2014 são de créditos concedidos até ao ano de 2011, com concentração em setores de risco, uma vez que a tabela tem os setores. É verdade que estamos a julgar, hoje, de um modo mais informado, as decisões da altura. É verdade que vivemos nos últimos anos uma crise — ou crises — financeira excecional. Mas, também é verdade, como sabe — e quem já teve responsabilidades de crédito sabe-o muito bem — que o momento decisivo na análise do risco é a sua concessão.

Portanto, a minha questão é: enquanto administrador experiente e conhecedor da banca na altura, como caracteriza a qualidade do crédito concedido pelo BANIF? Pergunto também se teve a oportunidade de participar na auditoria forense promovida pelo Banco de Portugal levada a cabo em 2014 e se lhe foram comunicados os resultados.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Deixe-me voltar atrás para explicitar: o nosso orçamento não é feito com base no Orçamento do Estado. O enquadramento do orçamento, como é óbvio.

Relativamente às dívidas soberanas, o BANIF nunca esteve exposto às dívidas soberanas, felizmente. Mas, naturalmente que o *rating* atribuído à República se repercutiu também no *rating* do Banco. Mas dos bancos em geral, não foi apenas no do BANIF.

Quanto ao risco, evidentemente que a nossa atividade é essencialmente um risco. Quer dizer, todas as decisões, mas todas — e sublinho-o — as decisões num banco contêm risco. Até a simples emissão de uma carta pode conter risco. Portanto, toda a atividade bancária é, em si, um risco.

Relativamente à auditoria forense, não a conheço. Não conheço os resultados e, portanto, não me posso pronunciar sobre o que se diz da auditoria forense, apenas posso referir...

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Então, não foi ouvido na auditoria?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Nunca fui ouvido nem nessa nem em nenhuma outra, porque as auditorias feitas diretamente pelo Banco de Portugal, ou promovidas pelo Banco de Portugal, são independentes: fazem o seu relatório e depois de efetuado o relatório é que o mesmo é posto à discussão.

Não conheço a auditoria forense, nem conheço a auditoria feita em 2011, enquanto documento completo, realizado no âmbito do *stress test* efetuado em 2011 a todo o sistema financeiro. Esse, sim, foi discutido, mas com a comissão executiva do Banco e, nessa altura, eu já não pertencia à comissão executiva do Banco.

Foi discutido, foi emendado, e houve correções. Ou seja, foi feito um relatório, o *stress test*, pela Pricewaterhouse, salvo erro, que, portanto, fez um relatório, o qual foi discutido amplamente

com a comissão executiva, com elementos da troica, do Banco de Portugal e do Governo, na altura, e desse relatório saíram conclusões que depois, de facto, já não foram implementadas pelo conselho de administração anterior.

Quanto à auditoria forense, que, penso, já tenha sido elaborada após a nossa saída, não conheço o documento, não fui ouvido, não conheço as conclusões e, portanto, não posso pronunciar-me sobre o que lá se refere.

Mas — e isto é um aparte — gostaria de conhecer!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, ainda dispõe de algum tempo caso queira prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Doutor deixou o BANIF no final do mandato, pelas razões que referiu e que, naturalmente, merecem todo o nosso respeito e consideração.

De qualquer modo, saiu a poucas semanas da apresentação das contas de 2011, delegando para a administração seguinte a árdua tarefa de comunicar os prejuízos de 2011 — pela primeira vez o Grupo apresentou prejuízos —, bem como ter de admitir que o Banco iria recorrer à linha de recapitalização.

Considerando a ligação que tinha ao Grupo, cuja evolução acompanhou de perto ao longo de décadas e em cujo sucesso estaria, certamente, empenhado, pergunto: importa-se de partilhar

com a Comissão quais as principais preocupações que sentia quando se retirou?

No fundo, em função da missão que assumiu, pergunto-lhe se saiu com a consciência de dever cumprido e, já agora, nesta altura, se a evolução, nomeadamente a resolução do BANIF, o surpreendeu.

**O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos:** — Não gostaria de partilhar os meus estados de alma. Quer dizer, peço que esses estados de alma fiquem comigo.

Relativamente às contas de 2011, não foi o conselho de administração a que eu presidia que fechou essas contas, porque foi entendido pela equipa que entrou, e penso que até também pelo Banco de Portugal, mas não posso garantir, que o fecho das contas já fosse assegurado pelo conselho de administração seguinte.

Portanto, não foi uma deliberação nossa.

**A Sr.ª Margarida Mano (PSD):** — Quem entrou, certamente não conheceria as contas para poder ter essa decisão.

**O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos:** — Conhecia, conhecia!

Houve pelo menos dois elementos do conselho de administração anterior que transitaram para o novo conselho.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Mas o Sr. Doutor conhecia as contas.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Conhecia as contas...

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Que saíram em março de 2012.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sim, sim.

A necessidade das provisões, que, salvo erro, foram à volta de — e estou a falar de memória — 400 milhões de euros...

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Não. Foram 800 milhões.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não. Em 2011, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Primeiro 400, e, depois, foram refeitas e foi apresentado um valor de 800 milhões.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não! Em 2011, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Sim.



O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, em 2011 não.

Peço desculpa, mas em 2011 não.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Primeiro de 486, ou seja, na primeira apresentação, sendo, depois, corrigidas e as provisões finais de 2011 foram 813 milhões.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — De 2011?  
Os números que tenho e de que me lembro...

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Esses eram os números iniciais: 486...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Eram cerca de 400 milhões e iriam apresentar prejuízos de 150 milhões. Julgo que é isso que está no relatório.

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Exatamente. Os prejuízos foram ...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Penso que é isso que está no relatório; não julgo que estejam lá 800 milhões!

O Sr. **Presidente**: — Concluiu?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Conclui.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, mais alguma questão?

A Sr.<sup>a</sup> **Margarida Mano** (PSD): — Sr. Presidente, gostava só de colocar mais uma questão.

Pergunto ao Sr. Doutor se a resolução do BANIF o surpreendeu.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Surpreendeu!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Dr. Marques dos Santos, bem como os colegas da Comissão Parlamentar de Inquérito e demais presentes.

Gostava de fazer um conjunto de perguntas muito centrado no período de 2011.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Mano colocou um conjunto de questões sobre os anos que precederam a saída do Sr. Doutor, no

caso, da liderança, já depois do falecimento do Sr. Comendador, do BANIF. Mas eu queria concentrar-me no período de 2011 até ao momento em que o Sr. Doutor sai, a 23 de março, quando o novo conselho de administração, na altura liderado pelo Dr. Luís Amado, e a comissão executiva com o Dr. Tomé, entra em funções.

Gostava, então, de abordar algumas questões, começando pela seguinte: ao longo do último trimestre de 2011 e o início de 2012, o Sr. Doutor dá um conjunto de entrevistas a diferentes órgãos de comunicação social, em particular ao *Expresso* e ao *Diário Económico*. Numa primeira versão, o Sr. Doutor refere que é muito provável que o BANIF vá recorrer à linha de recapitalização e já no início de 2012 equaciona — e digo-o de memória —, penso que numa entrevista ao *Diário Económico* de 12 de janeiro de 2012, não recorrer à linha. Ou seja, durante o último trimestre de 2011 e o início de 2012, nem sempre o Sr. Doutor foi consistente no que diz respeito à utilização da linha de recapitalização.

Isso é um facto, está comprovado, está em notícias de diferentes órgãos de comunicação social, pelo que a minha primeira pergunta é esta: perante o que conhecemos hoje, de um rácio de *Core Tier 1* de 6,78, do universo Rentipar... Nós sabemos que o BANIF S.A. tinha um *Core Tier 1* superior, de 10,1, se a memória não me falha. Mas a verdade é que era de 6,78.

Perante a circunstância de o Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal, na sequência do Memorando de Entendimento,

considerar que no fim de 2011 o rácio de *Core Tier 1* tinha de ser de 9% e em 2012 de 10%, como é que o Sr. Doutor proferia afirmações em que duvidava da utilização da linha de recapitalização?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr. Deputado, não me lembro dessas entrevistas. Se as referiu é porque, de facto, as dei, mas também não sei o enquadramento em que terão sido dadas.

Mas, na sequência do *stress test* que foi feito em 2011 e de que houve discussões com a troica, com o Banco de Portugal e com a Comissão Executiva do Banco — penso que a última discussão com a troica terá ocorrido em finais de fevereiro de 2012 —, verificou-se que, efetivamente, as necessidades de recapitalização do Banco e a necessidade de recorrer à linha da troica eram evidentes e que, no nosso caso, isso poderia atingir os 400 milhões de euros, já nessa altura.

Talvez a entrevista do *Expresso* venha nessa linha. Quanto à do *Diário Económico*, de facto, não me lembro por que é que fiz essa declaração. Mas se o Sr. Deputado diz que está expressa é porque está.

De facto, a necessidade de recapitalização do Banco e do recurso à linha da troica existiam.

Só mais um ponto: gostaria também de informar a Comissão de que, mesmo antes da vinda da troica, tomámos algumas

iniciativas ao nível do Conselho de Administração do Banco para conseguir a capitalização através de acionistas estrangeiros. Lembro-me de termos feito diligências no Brasil e em Espanha e os acionistas fizeram, também, diligências em Inglaterra. Mas, de facto, por uma razão ou outra, não conseguimos, de junho de 2010 até, algures, em 2011. Frustraram-se essas iniciativas e, portanto, isto reforça a ideia de que no final de 2011 era inquestionável a necessidade da intervenção dessa linha.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então, concluímos que, de facto, em fevereiro de 2012, o Conselho de Administração do BANIF, ainda antes da sua saída, tinha a convicção de que eram necessários 400 milhões de euros.

Sr. Doutor, a recapitalização não é o primeiro auxílio do Estado ao BANIF. O Banco, em 2011, recorreu à garantia do Estado para emissão de obrigações e ao recorrer a ela foi naturalmente obrigado pela legislação a apresentar um estudo de viabilidade.

Não sei se o Sr. Doutor conhece o parecer que o Banco de Portugal emitiu sobre esse estudo, mas vou-lhe ler algumas passagens muito rapidamente. Diz o parecer, a páginas tantas: «O nível atual da margem de liquidez e as medidas previstas de reforço afiguram-se insuficientes para assegurar o normal funcionamento

da tesouraria do Grupo. Após os vencimentos previstos no segundo trimestre de 2012...», em que se venciam também umas obrigações garantidas pelo Estado, «...sendo ainda que algumas das medidas previstas para o objetivo de redução da dependência de financiamento do Eurosistema apresenta um grau de incerteza elevado. O cumprimento dos níveis mínimos de rácio *Core Tier 1* requer níveis de reforço de fundos próprios, que não se encontram com os dados disponíveis, assegurado para 31/12/2011 e apresentam para 31/12/2012 um grau de incerteza elevado.» E concluía ainda, dizendo que — e já não estou a citar diretamente —, dadas as dificuldades que têm demonstrado os acionistas da Rentipar em fazer reforço de fundos próprios — passo a citar de novo —, «... antevê-se como provável a necessidade de o Grupo ter de recorrer ao fundo de capitalização público num montante que, numa perspetiva prudente e conservadora,...» — sublinho, prudente e conservadora — «...poderá atingir os 440 milhões de euros».

Quer dizer, os seus 400 milhões de euros têm alguma semelhança com este valor. Mas eu deixava uma pergunta objetiva: Sr. Doutor, o Banco, nesta altura, precisaria de 440 milhões de euros, mas acabou, no fim do ano, a recorrer a 1100 milhões de euros. É uma diferença muito substantiva, diria que é praticamente o triplo.

Ouvi a resposta que deu à Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Mano quanto à qualidade da carteira de crédito.

Como é que se justifica esta diferença entre os 400 milhões, que o regulador diz serem necessários — e esta é uma terceira dimensão da pergunta —, e os 1100 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não sei explicar. Não estava lá, não sei. Certamente que haverá fundamentos, mas naturalmente o Sr. Deputado não espera que seja eu a fundamentar, porque não conheço.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Sr. Doutor era Presidente do Conselho de Administração. É um homem que tem um passado no BANIF desde a sua fundação. O dia 23 de março de 2012 foi o primeiro dia em que o Sr. Doutor não esteve. Foi Administrador até dia 31 de dezembro de 2011 e aquele foi o último exercício em que o senhor foi responsável. Temos uma diferença de praticamente 700 milhões de euros e o Sr. Doutor não consegue identificar uma divergência?

Seria capaz de perceber se o Sr. Doutor me dissesse que tem dificuldades em explicar a diferença entre 400 e 500. Mas, entre 400 e 1100 é, de todo, impossível dar-me uma explicação do que é que pode ter acontecido?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Certamente que essa diferença se baseia em relatórios feitos posteriormente,

relatórios esses que não conheço. Por isso, não consigo dar essa explicação.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então, o que me está a dizer é que considera que a divergência entre 400 e 1100 que está nas provisões e no registo de imparidades foi uma decisão da administração seguinte, que, no seu entender, com os factos que conhecia a 31 de dezembro de 2011 — já não falo em depois — não seriam necessários.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Exatamente. Exatamente.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A minha última pergunta desta ronda vai no sentido de saber a sua opinião sobre o papel do regulador e do supervisor durante a vigência do seu mandato, até à altura em que saiu.

O regulador diz aqui que são necessários 440 milhões de euros.

Ao longo do ano de 2011, em que circunstâncias é que o Banco de Portugal o alertou para o aumento de imparidades, para a necessidade de aumento de provisões e para a necessidade de fundos próprios?



O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Deixe-me ser um bocadinho mais longo a explicar como funciona, porque agora também não quero dizer que o Banco de Portugal devia ou não devia ter feito isto.

Evidentemente que o Banco tem os seus órgãos próprios. Toda a concessão de crédito se baseia num regulamento, que é bem rígido. As decisões de crédito são decisões coletivas, não havia decisões individuais e, portanto, quando os componentes de um escalão de crédito não estavam de acordo, essa operação passaria sempre ao escalão imediato. Havia um autocontrolo na apreciação e na decisão das operações.

Depois, havia um outro princípio, extremamente importante, que era a segregação de funções. Quem decide não executa e, portanto, um órgão ao lado, com direção e administrador diferentes, podia processar as operações e formalizá-las e se alguma coisa não estava conforme o regulamento alertava. Quando havia coisas que não estavam corretas, às vezes até havia procedimentos disciplinares. Portanto, havia um regulamento que era acompanhado.

A verificação do cumprimento destas regras era feita pela auditoria interna. A Direção de Risco também acompanhava, digamos, o andamento do crédito. A Direção de *Compliance* via se, de facto, todo o normativo estava a ser aplicado, ou não. Já não vou falar no Conselho Fiscal, que tinha os seus procedimentos próprios,

mas os auditores externos faziam uma verificação muito exaustiva de todo o processamento do Banco.

Chegando ao regulador, o Banco de Portugal todos os anos fazia auditorias ao Banco. Às vezes eram muito localizadas, em algumas áreas de atuação, mas a partir de maio de 2010 passou a ter uma equipa residente no Banco — não sei se eram seis ou sete elementos —, com instalações próprias, com equipamento informático próprio, com acesso a toda a informação do Banco, com acesso às atas do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, dos vários órgãos decisórios do Banco e, quando tinham dúvidas sobre qualquer operação ou decisão, iam aos serviços e tentavam esclarecê-las. O Banco de Portugal fazia, portanto, um acompanhamento completo da situação. Às vezes, até se metiam em coisas que eram simples pormenores, mas, de facto, tinham acesso a tudo e nunca houve ninguém que vedasse esse acesso.

Não sei se respondi à sua questão, Sr. Deputado. Posso ter-me perdido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, dispõe já de muito pouco tempo, mas ainda poderá colocar alguma questão adicional.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Queria só fazer um sublinhado que me parece importante, para o qual pedia a confirmação do Sr. Doutor.

O que nos está a dizer é que, desde maio de 2010, o Banco de Portugal tinha uma equipa dentro do BANIF que acompanhava as operações do Banco.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Acompanhava a atividade do BANIF, não só as operações.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos.

Talvez tenhamos passado esta parte um bocadinho à frente, mas gostaria que listasse todas as funções que desempenhou no Grupo ou no Banco durante a sua vida profissional.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Refere-se ao BANIF, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Refiro-me a todo o universo do Grupo Rentipar, *holdings* de topo, ou seja, a todo o universo anexo ao BANIF.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sim, sim.

Lugares na Rentipar nunca tive, nem eu, nem nenhum elemento do Conselho de Administração do BANIF.

As únicas pessoas que tinham funções no BANIF e na Rentipar eram o Comendador Horácio Roque, mas no BANIF não exercia funções executivas, e depois o Dr. Marques de Almeida, que, depois de se reformar do BANIF, foi integrado, salvo erro, no Conselho de Administração da Rentipar.

No BANIF, não só como administrador mas depois também como presidente da comissão executiva e também como *Chairman* – e indo do fim para o princípio –, eu era *Chairman* do BANIF, era *Chairman* da Seguradora, era *Chairman* no Banco de Investimento e era também *Chairman* no Banco do Brasil. Depois, tinha outras funções aqui e ali, mas sem significado.

Como presidente da comissão executiva, era-o no BANIF, não tinha funções no Banco de Investimento, não tinha funções na Açoreana e era membro não executivo no Banco BANIF do Brasil. *Grosso modo*, além de outras pequenas funções aqui e ali em algumas empresas do Grupo, que não a Rentipar, exerci, mas para compor os conselhos de administração.

Não sei se respondi à sua questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Penso que sim.

Tem memória de quantas vezes é que o capital do BANIF foi aumentado, enquanto esteve à frente do BANIF, e quem é que acorreu a esses aumentos de capital?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Foram inúmeros desde 1988.

Lembro-me que o primeiro capital foi parte público e também o Estado... Na altura, houve um aumento de capital – estamos a falar, talvez, em finais de 1988 ou princípios de 1989. Depois, houve sucessivos aumentos de capital, sempre suportados pelo público, que me lembre.

Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada tiver conhecimento de algum em concreto, poderá avivar-me a memória.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu queria saber é se essa base acionista se diversificou ou se os aumentos de capital foram sobretudo suportados por membros das *holdings* de topo do Grupo Rentipar.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não. Havia várias empresas do Grupo Rentipar que participavam no capital, mas, a partir de determinada altura, que não consigo agora relembrar, o Comendador Horácio Roque tinha a preocupação de ter a maioria do capital, quer diretamente quer através de empresas que ele dominava. Portanto, essa situação manteve-se até à sua morte, quando ele, direta e indiretamente, detinha cerca de, salvo erro, 52% ou 53% do capital da, naquele tempo, BANIF-SGPS, que era a empresa cotada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E teve conhecimento das negociações para vender 49% do Banco ao Estado angolano, ainda que através de outros intermediários, facto que veio depois a dar uma queixa em 2008, porque os 170 milhões nunca chegaram ao destino, aparentemente?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Nunca tive conhecimento dessas negociações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As ações é que não chegaram lá. Nunca teve conhecimento disso?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Nunca tive conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas teve conhecimento da queixa em 2008.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Li nos jornais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca foi notificado da queixa do Estado angolano contra o BANIF?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Nunca fui notificado, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem sabe por que é que a queixa foi retirada?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem tem nenhuma notícia de o dinheiro de essa operação ter ido diretamente para contas do então presidente da Rentipar, Horácio Roque?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Para mim, foi tudo uma grande surpresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.

Um dos pontos muito focados pelo Banco de Portugal e pela Comissão Europeia era a complexidade do Grupo.

Consegue, mais ou menos, explicar como é que estava desenhado todo o universo do BANIF-SGPS para baixo e também para cima? Ou seja, *holdings* de topo, mas também o que estava por baixo do Banco?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Bom, é uma opinião dizer-se que o Grupo é complexo, eu não acho nada complexo, mas, enfim...

A lógica é que tínhamos a BANIF-SGPS e, depois, tínhamos sub-*holdings* para cada área de negócio: tínhamos para a banca comercial, que era a BANIF Comercial-SGPS; tínhamos a BANIF Investimentos, que tinha o Banco de Investimento e empresas ligadas ao Banco de Investimento; tínhamos a Rentipar Seguros, que era a *holding* que tinha os seguros – de início tinha a Açoreana e depois a Global, transformando-se depois tudo em Açoreana; e, mais tarde, quando comprámos a Tecnicrédito, que se transformou depois em BANIF Mais, tínhamos uma *holding* BANIF Mais que tinha as empresas que a Tecnicrédito já trazia associadas.

Portanto, tínhamos quatro *holdings* com o grande objetivo de, quando houvesse necessidade de capitalizar alguma destas áreas, ser fácil entrar na *holding*. Esse era o grande objetivo, ou seja, quando houvesse necessidade de capitalizar a banca comercial, arranjar-se-ia um parceiro que entraria na BANIF Comercial, SGPS e a mesma coisa sucederia nos seguros e também na banca de investimento.

Portanto, não me parece nada complexo. Mas, enfim, são opiniões.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E para cima?



O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Para cima, tinha a Rentipar Financeira... Aliás, é importante dizer-se que a supervisão do Banco de Portugal o que controlava era a Rentipar Financeira e, depois, acompanhava a atividade bancária das várias unidades do Grupo.

A BANIF-SGPS prestava contas, porque era uma empresa cotada em Bolsa e, portanto, tinha as suas obrigações perante a CMVM, mas quer o BANIF, quer o Banco de Investimento, quer o Banco Mais, quer a Leasing, quer a Rent eram empresas acompanhadas permanentemente pelo Banco de Portugal, bem como era acompanhada a Rentipar Financeira.

Quando um Sr. Deputado, há pouco, disse que o rácio Core Tier 1 da Rentipar era inferior ao do Banco, efetivamente isso resulta da análise que o Banco de Portugal fazia, daí decorrendo que havia necessidade de capitalizar a Rentipar Financeira, ao mesmo tempo que o Banco, obviamente, mas o Banco por outras razões, ou seja, por causa dos prejuízos acumulados que se estavam a verificar e, naturalmente, era necessário fazer a recapitalização.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual era o papel da Rentipar Indústria e da Rentipar Investimentos, *holdings* que circulavam à volta do BANIF?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Nunca tive funções na Rentipar, como disse há pouco, mas houve a

necessidade, até por exigência do Banco de Portugal, de separar a parte financeira – que passou a ser a Rentipar Financeira – das outras unidades da Rentipar, que ficaram na Rentipar Indústria que, suponho, incluía o ramo hoteleiro nos Açores e na Madeira, a Madeirense Tabacos e tinha umas outras coisas. Depois, tinha outras empresas, a Rentipar Investimentos, a Habipred, salvo erro, a Mundiglobo, para as várias atividades que o Comendador Horácio Roque e o Grupo tinham a desenvolver.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi o racional para o BANIF? E falo destes dois em particular: o do Brasil e o das ilhas Caimão. Para que é que serviam estas duas unidades?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — O investimento no Brasil foi um investimento estratégico. O conselho de administração considerou que era uma boa aposta ir para o Brasil. Salvo erro, fomos em 1995 ou 1996 e comprámos uma participação num banco já existente, o BANIF Primus, detido por um português radicado no Brasil desde jovem, e gradualmente fomos crescendo. Portanto, o racional foi esse.

A abertura em Cayman, efetivamente, foi para domiciliar as remessas dos emigrantes que não queriam utilizar o Banco no Continente. Por isso, houve a necessidade de ter uma unidade onde os emigrantes pudessem depositar as suas economias. Portanto, o

grande objetivo de Cayman foi, exatamente, para domiciliar os depósitos dos emigrantes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, Cayman nunca concedeu crédito?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Havia operações de crédito a não residentes, obviamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não sabe dizer-me valores nem montantes?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não! Mas isso está tudo nos relatórios. Está lá tudo, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E alguma vez Cayman teve financiamento autónomo que não fosse diretamente através do BANIF?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Cayman alguma vez teve financiamento autónomo que não fosse diretamente através do BANIF?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Como é que posso responder-lhe... Podia ter operações autónomas, mas essas operações eram sempre decididas pelo conselho de administração do BANIF, porque o BANIF tinha um administrador que acompanhava as atividades do *offshore* em permanência.

Quer dizer, não éramos todos, mas havia um administrador que tinha isso a seu cargo e havia uma direção aqui no Banco que acompanhava essas atividades. Portanto, não tinham autonomia para fazerem operações de crédito.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é se tinham outras fontes de financiamento que não entidades do próprio Grupo, ou papel, ou crédito colocado em clientes do próprio Grupo.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Podiam fazer operações, sim...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Podiam. Mas faziam-nas?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não me recordo disso, mas penso que havia algumas operações do Brasil que eram feitas lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Pode explicar-me melhor as operações?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não! Quer dizer, não me lembro como é que era, não tinha esse pelouro...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas eram operações de financiamento ao Brasil, ou eram de financiamento do Brasil a Cayman? Qual era o sentido das operações?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não, não! Eram operações do Brasil que transitavam por Cayman.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho dúvidas que muitas operações transitavam por Cayman. É por isso que lá está, não é?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — São operações de exportação que podem ser domiciliadas em Cayman. Como podem ser domiciliadas em qualquer outro país... Até podem ser domiciliadas aqui em Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento das ações preferenciais emitidas através de Cayman e depois vendidas através de um veículo chamado Euroinvest, se não estou em erro,

e que foram alvo de várias queixas porque aparentemente os clientes não sabiam que tipo de obrigações e ações é que estavam a comprar?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não tive conhecimento dessa operação, mas penso que transitou pelo Banco de Investimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é da sua altura?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Julgo que sim. Não sei a data concreta, mas a Euroinvest era um fundo que, penso, era gerido pelo Banco de Investimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Do qual era *Chairman*?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Fui *Chairman* a partir de julho de 2010.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E estas queixas são de quando?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não sei! Não conheço essas queixas, mas li isso num jornal há dias. Li essa informação, mas não a conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E qual era o racional para as contas de emigrantes estarem domiciliadas em Cayman?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Era uma opção dos próprios clientes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE); — Sim, mas por que é que se entende que é necessário oferecer esse produto aos emigrantes?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Os emigrantes é que escolhem o produto, não somos nós que sugerimos que vá para Cayman. Para Cayman ou para outro lado. Aliás, havia muitos que tinham no *offshore* da Madeira, porque tinha um tratamento fiscal mais... Quer dizer, tinha uma redução no IRS. Alguns preferiam ter no *offshore* da Madeira, em vez de ter em Cayman, mas outros preferiam ter em Cayman.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE); — E o BANIF também se financiava através de emissões feitas em Cayman, para conseguir pagar menos impostos sobre as emissões feitas?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não houve emissões de Cayman que serviram para financiar o BANIF?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em relação ao Brasil há uma outra questão: o Brasil veio a revelar-se uma das unidades com mais prejuízo, imparidades e negócios pouco claros, como pudemos verificar. Foi alvo de várias discussões que estão relativamente bem documentadas.

Há cartas que dizem que, quando a nova Comissão Executiva toma posse, em 2013, o Brasil já era um assunto muito complicado. Há ligações, nomeadamente, aos processos Porto Vitória e Lava Jato.

Consegue explicar-me o que é que se passou no Brasil para haver este nível de imparidades, processos judiciais, envolvimento em casos de corrupção... Bom, a lista é bastante diversificada...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para eu me pronunciar sobre isso era necessário ter as datas desses episódios, mas vou tentar responder àquilo que sei.

Relativamente ao facto de o Brasil ser um peso de situações anómalas, julgo que a história ainda está por fazer.

Houve alguns problemas no Brasil, infelizmente, em que houve algumas operações feitas pela direção aí residente, que



podemos aqui identificar como comissão executiva, que, de facto, fez lá umas operações que o Banco do Brasil veio a detetar mais tarde — penso até que já após a saída dos membros do Conselho de Administração, em março de 2012 — que não seriam as operações mais corretas. Isso até culminou num processo que ainda está a decorrer contra essas pessoas, e não só, porque eu próprio também estou a ser uma das pessoas envolvidas, já que devia ter verificado e não verifiquei, embora à distância.

Apesar de tudo, julgo que os prejuízos que se ajuizaram na altura foram um bocado exagerados, mas a história o dirá.

Relativamente a situações anómalas, há dias li também uma notícia, suponho que foi no *Expresso*, no último fim de semana, ligando o BANIF à operação Lava Jato, e até falava numa pessoa. Suponho que falava no Sr. Allan Toledo. Confirma isso? Era isso que vinha no jornal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não confirmo. Essa notícia, não vi.

*Risos.*

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não viu? Mas eu vi. Então, tem outras informações, que são as informações do *Expresso*, pelos vistos, e que falam no Sr. Allan Toledo.

Lembro-me de ter conhecido o Sr. Allan Toledo, que era o Vice-Presidente do Banco do Brasil para as relações internacionais. Tive um contacto com ele algures em 2010 ou 2009, já não me lembro, mas talvez em 2010, e ali foi dado como quadro do BANIF. Não sei se é quadro do BANIF, se não é quadro do BANIF, qual é a sua ligação ao BANIF. Não sei.

Portanto, essas informações, às vezes, são... Não sei o seu fundamento, não conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem eram os responsáveis pelo BANIF Brasil? A comissão executiva, que agora está com problemas na justiça? Quais são os nomes, quem eram, de onde é que vieram...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Eram quadros do Banco que já lá estavam há bastantes anos. O Dr. Júlio Rodrigues, que era o Diretor Executivo, digamos que, no nosso figurino, seria o presidente da Comissão Executiva, o Dr. José Roberto e mais dois, cujos nomes agora já não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que fazia cá o acompanhamento das operações do Brasil?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — O colega do Conselho de Administração, o Dr. Duarte Almeida, que era

coadjuvado pelo diretor das relações internacionais, o Dr. Gladstone de Siqueira, que também é brasileiro, e estava cá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quais foram as operações menos corretas que foram realizadas por essa comissão executiva?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não lhe sei dizer, não lhe sei dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas se está indiciado nesse processo, com certeza deve saber porquê.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Quer dizer, respondi, mas não tenho de cabeça o nome dos clientes.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas descreva genericamente os casos.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Operações ligadas a exportações do Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E são técnicas de contabilização fraudulentas, sobrefaturação...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não, são operações que correram mal — na atividade comercial é assim — e, portanto, ficaram por pagar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Operações que correm mal e ficam por pagar não dão processos judiciais.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não é judicial, é um processo movido pelo Banco Central do Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Contraordenacional?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — É contraordenacional, alegadamente porque excederam poderes que não tinham.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que tipo de poderes? Seria mais fácil se descrevesse a história, para não termos de ir aqui...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Estou a falar... Se eu conhecesse a história, di-la-ia, mas os próprios elementos do Brasil tinham poderes delegados para executarem e decidirem operações, e excederam essas operações, não operação a operação, mas o conjunto das operações efetuadas. Portanto, há limites por

operação e há limites por responsabilidades acumuladas e eles ultrapassaram isso.

Para nós, foi uma surpresa, porque o próprio Banco Central do Brasil, que fazia um acompanhamento muito permanente de toda a atividade do nosso Banco lá, veio depois dizer que, de facto, tinham excedido os poderes.

Para nós, foi também uma surpresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não tem conhecimento formal de nenhum processo judicial contra o BANIF Brasil?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que há auditorias que falam do envolvimento, nomeadamente, nos processos Lava Jato e Porto Vitória. E isto está escrito em documentos oficiais.

Não tem nenhum conhecimento sobre isto?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não tenho conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Outro dos problemas que foi identificado, para além da complexidade do Grupo, foi o da

exposição intragrupo, ou seja, o BANIF estava muito exposto ao seu próprio Grupo, a Açoreana estava muito exposta ao BANIF.

Já sei que não tem números, mas gostaria que me conseguisse descrever se isto era uma prática corrente, ou seja, se havia conscientemente uma decisão de o BANIF financiar outras entidades do Grupo, tanto a Rentipar, a Rentipar Industrial, a Rentipar Financeira, como a seguradora ou os bancos internacionais e as várias unidades do Grupo.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, nós tínhamos consciência de que, digamos, havia financiamentos às empresas do Grupo Rentipar, mas, de acordo com o regulamento das instituições de crédito, isso tem um limite: são 10% dos capitais próprios.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso é para a seguradora.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não, não, para o Banco. Para os bancos, também. São 10% dos capitais próprios.

Portanto, todos os meses... Isto era feito, digamos, com muito cuidado. Essas operações, para além de serem apreciadas dentro dos escalões normais de apreciação de crédito do Banco, tinham também de ter o parecer do Conselho Fiscal, para que, efetivamente, houvesse uma salvaguarda, ou seja, mais uns olhos a ver se, de facto, aquilo era ou não cumprido. E isto era feito

sistematicamente. Os próprios serviços, independentemente da vontade do Conselho de Administração, remetiam essa informação para o Banco de Portugal, ou seja, o total dos créditos dados às empresas do Grupo Rentipar, que não poderiam ultrapassar os 10%, era reportado ao Banco de Portugal todos os meses e havia o cuidado de, de facto, nunca ultrapassar esses montantes.

Se, por qualquer motivo, uma operação ou outra ultrapassasse, nós tomávamos logo medidas, antes até de o Banco de Portugal chamar à atenção. E por esta razão muito simples: tudo o que excedesse os 10% iria abater aos capitais próprios do Banco e, portanto, estávamos a «dar tiros nos pés».

Portanto, isto era feito e acompanhado sistematicamente pelos serviços, o que não quer dizer que, às vezes, não houvesse um problema ou outro deste tipo: «Ah, esta conta conta ou não conta?». Às vezes, havia essa discussão.

Lembro-me de que, a dada altura, se discutia se a Fundação Horácio Roque deveria contar ou não para os 10%. Porquê? Bom, porque a Fundação Horácio Roque, formalmente, não era comandada pelo Comendador, havia lá um conselho e, portanto, o entendimento era o de que não deveria contar, mas o Banco de Portugal achava que devia contar. Não sei qual foi o resultado desta discussão, mas são discussões normais que se têm com o banco central. Lembro-me de que foi um dos casos em que não houve, digamos, à partida, um acordo.

Penso que respondi à sua questão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, em 2012, o BANIF fez um empréstimo de 180 milhões à Açoreana e, portanto, a Açoreana estava exposta, em 16% do seu passivo, ao BANIF. E este empréstimo do BANIF representava 44% do capital do próprio BANIF.

Por isso, a Açoreana tinha um problema de financiamento. Isto era discutido ou não existia?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Essa operação?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É uma operação de 2012, mas não lhe consigo dizer exatamente o mês.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Qual é a data?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho o mês, ocorre durante o ano de 2012, há 16% do passivo da Açoreana que estão dependentes do BANIF e há um empréstimo de 180 milhões neste ano.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Quase que garanto que não foi sob a minha responsabilidade. Não me lembro.



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Há, no entanto, uma operação que é da sua responsabilidade e que talvez me possa explicar.

Nas demonstrações consolidadas, salvo seja, da Rentipar Financeira, em 2008 e 2007, há um quadro com...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Qual a data, desculpe?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2007 e 2008, nas demonstrações consolidadas da Rentipar Financeira há um quadro com as transações com entidades relacionadas, onde vêm os tais limites de exposição da Rentipar Financeira aos acionistas e a membros do Grupo.

Para além de, em 2008, haver um aumento de 15 milhões, face a 2007, no crédito a outras entidades do Grupo, aparece uma nota, no final do ponto 47, que é relativo às transações com entidades relacionadas, que lhe vou ler e que talvez me consiga explicar. Refere o seguinte: «Para além do referido no quadro acima, a rubrica de crédito e aplicações inclui cerca de 191 milhões de euros relativos a produtos financeiros emitidos por associada...» — não sabemos qual é — «... que não se encontravam colocados junto de clientes da rede do Grupo em 31 de dezembro de 2008».

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não se encontravam?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não se encontravam.

Adicionalmente, na rubrica «Ativos com acordos de recompra» — e, portanto, *repos* — tinha 56,5 milhões de euros relativos a títulos adquiridos com acordo de venda por um preço pré-estabelecido com a mesma associada. Portanto, a Rentipar declara, para além dos 30 milhões de euros de crédito a entidades do Grupo, 191 milhões de euros de produtos financeiros emitidos por uma associada, que não se sabe qual é, que não estão em clientes, e mais 56 milhões de euros de *repos*.

Não me sabe dizer quem é esta associada da Rentipar que está a causar isto?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esse relatório é de quem?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É da Rentipar Financeira.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não sei responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não era o BANIF?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Penso que não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É estranho haver uma entidade que, com 191 milhões de euros, com produtos financeiros emitidos, não seja do universo BANIF.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não vou dizer que não, mas a Rentipar Financeira relacionava-se com vários bancos do setor bancário, não se relacionava exclusivamente com o BANIF.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas isto aparece na rubrica «Saldos e transações com entidades relacionadas», pelo que tinha de ser uma entidade relacionada com a Rentipar Financeira e, portanto, alguém, uma empresa do universo BANIF. Daí a minha dúvida.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Só aprofundando o assunto. Não lhe sei responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o BANIF não tinha nenhuma emissão de dívida para se financiar que tivesse sido preferencialmente colocada no universo da Rentipar. Ou seja, este tipo de operações não lhe diz nada?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que abrevie, porque já excedeu o seu tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É a última pergunta dentro deste conjunto, Sr. Presidente.

Quanto à Finpro, aparece no universo das *holdings* do BANIF-SGPS, em 2007 e 2008, depois, desaparece do diagrama e ninguém sabe muito bem para onde vai parar, sendo que, mais tarde, entra num processo de reestruturação.

Há um empréstimo de 21,8 milhões de euros à Finpro, que, entretanto, com juros corridos, vale 22 milhões de euros, e um descoberto de 3 milhões de euros, com um último pagamento em 1998. Portanto, são empréstimos que, segundo os dados que temos, nunca foram pagos e que não têm nenhuma garantia real.

Portanto, importa perceber como é que a Finpro tem um saldo tão grande vencido com o BANIF, e que aparentemente está vencido há tanto tempo, como é que uma conta a descoberto que está em incumprimento há tanto tempo não dá lugar a uma dívida, por que é que não há colateral e, já agora, por que é que os acionistas da Finpro não aparecem na lista dos grandes devedores, nem na lista de devedores em incumprimento, que é o que se passa com os créditos à Finpro.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe dizer-me em que banco é que essa operação está?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No BANIF, quase de certeza.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — É que suponho que a Finpro nunca teve relações com o BANIF Comercial, não tinha responsabilidades no BANIF Comercial. Por isso é que lhe coloco a questão. Mas, enfim, pode haver aqui alguma falha da minha parte.

Disse que o montante é de 15 milhões de euros?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No total, são 24 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — 24 milhões de euros... Se fosse um montante...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Finpro era um grande devedor do BANIF, isso é sabido. É uma das grandes devedoras das carteiras que passaram, depois, para a Oitante e... Portanto, está lá há muito tempo.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Tem as datas em que...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É disso que estou à procura. Digo-lhe já.

*Pausa.*

Sr. Presidente, se quiser continuar, procuro as datas concretas e, na segunda ronda, esclarecemos este ponto.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Vamos prosseguir com o CDS-PP. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada **Cecília Meireles**.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos e agradecer-lhe estar aqui hoje connosco.

Já esclareceu muitas coisas, mas confesso que, dos esclarecimentos que já prestou, fiquei com algumas dúvidas, sendo que aquela que me parece mais importante, porque vai ao cerne da questão que nos leva a estar aqui hoje ou, pelo menos, vai ao princípio da história que nos leva a estar aqui hoje, é que fiquei sem perceber, de entre as muitas respostas que já deu, o que é que leva,

em 2011, o BANIF a perceber que precisa de um auxílio de Estado. E digo-lhe exatamente o que é que gostaria que me especificasse.

Já se falou aqui da crise financeira de 2008-2009 e o Sr. Doutor até disse que no BANIF não havia os tais ativos tóxicos, etc. Assim, fico sem perceber o que é que aconteceu, desde o início da crise financeira até 2011, que levou a que o BANIF precisasse e tivesse recorrido a um auxílio de Estado.

Por isso, pergunto-lhe se me pode dar esse enquadramento, quase essa fotografia, e se consegue localizar no tempo o momento em que se percebeu, no BANIF, que essa ajuda ia ser precisa.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — A necessidade, como já referi há pouco, resultou da auditoria, a que se chamou na altura o *stress test*, feita a vários bancos, em que se concluiu que efetivamente era necessário recapitalizar o Banco, até na medida em que o Conselho de Administração já tinha tentado, como também já referi há pouco, soluções alternativas e que foram infrutíferas. Portanto, em resultado da vinda da troica, utilizar aquele montante pareceu-nos inquestionável.

Mas talvez também possamos dizer aqui o seguinte: a morte do Comendador Horácio Roque, que era a cara do Grupo, que continha não só o seu prestígio pessoal mas até a credibilidade enquanto pessoa, o seu desaparecimento, dizia, teve um peso no encontrar de soluções alternativas à entrada da linha de recapitalização da troica.

Portanto, na altura, em função já da análise feita e daquela necessidade de provisionamento que provocou o prejuízo ao Banco, sentimos que, para o cumprimento dos rácios — 9% do *Core Tier 1*, em 2011, e 10%, em 2012 —, era inevitável a recapitalização.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vou partir daquilo que me parece ser uma carta importante, que é uma carta de 4 de abril, dirigida a si pelo Governador do Banco de Portugal...

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Uma carta de 4 de abril de que ano?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De 4 de abril de 2011, altura em que estávamos no cerne daquelas que eram as dificuldades de Portugal. Já se falava da vinda da troica, mas ela não estaria ainda pedida ou, pelo menos, não oficializada.

É uma carta que acho muito curiosa em várias coisas e muito característica até daquilo que é a supervisão, porque diz: «Face aos desenvolvimentos recentes verificados na situação económica e financeira do País, o Banco de Portugal decidiu promover a realização de reuniões mais frequentes, com uma periodicidade pelo menos semanal, com o objetivo de acompanhar a evolução e analisar planos e medidas de intervenção». E depois diz que tem basicamente 24 horas para designar um representante para estar



presente nessas reuniões e 3 dias para elaborar uma nota que cobre vários aspetos. E os vários aspetos são estas duas páginas que tenho aqui, mas que incluem, por exemplo, a identificação de todos os ativos no âmbito de um programa de desalavancagem, informação atualizada sobre a atividade de crédito e captação de depósitos, enfim, todo um conjunto de informação muito, muito detalhada.

O BANIF responde a esta carta dentro do prazo, que era, aliás, um prazo de 24 horas, dizendo que nomeia um representante, mas, curiosamente, na correspondência — e a minha investigação não é exaustiva, porque recebemos uma quantidade extraordinária de documentação —, pelo menos pela ordem cronológica, não está a resposta do BANIF.

O que lhe pergunto é se tem alguma memória disto, se tem alguma memória de esta informação ter sido enquadradora e de como é que correram estas reuniões.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Reuniões com o Banco de Portugal terei tido duas ou três, com o Sr. Governador e, fundamentalmente, com o Vice-Governador, o Dr. Duarte Neves, mas, a partir, penso, dessa carta e da vinda da equipa de inspeção, que, julgo, foi a Pricewaterhouse, mas não posso garantir...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Foi a Price.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Foi a Price. A partir daí, todos os contactos com o Banco de Portugal foram assegurados pela Comissão Executiva. Portanto, não sei qual é o nome que está aí, mas deve ser o do Dr. Duarte Almeida...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O nome é Nuno José Roquete Teixeira.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Exatamente. O Dr. Nuno Teixeira era o CFO, nessa altura... Não, nessa altura, não, a partir de junho... Não, já era! Isso é em 2011, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isto é de 4 de abril, ele é designado em 5 de abril de 2011 e o prazo para a resposta a todos estes dados era 7 de abril de 2011.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — O Dr. Nuno Teixeira era o CFO do Banco e do Grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que pretendia perceber é como é que decorreram, a partir de abril, e suponho que até ao fim do ano de 2011, estas negociações, quem é que acompanhava esta situação por parte do Banco de Portugal e se, em todas estas negociações, estava também envolvido o Governo, através de alguém. E, a partir do momento em que chega a troica,

como é que eram as relações com a troica, se havia relações diretas com representantes da troica ou se essa triangulação, digamos assim, era feita através do supervisor ou através do Governo.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não sou capaz de lhe dar uma resposta muito objetiva, mas a Pricewaterhouse andou lá no Banco com elementos do Banco de Portugal, sempre acompanhada por elementos do Banco de Portugal, a fazer a sua auditoria a todos os processos que achou por bem analisar.

As reuniões que me foram reportadas com a troica envolviam os elementos da troica — portanto, o BCE, o FMI e a Comissão Europeia —, o Banco de Portugal e também o Governo, com os nossos técnicos. Portanto, eram reuniões bastante alargadas. E houve três ou quatro reuniões alargadas para discutir o relatório que eles próprios tinham elaborado, de que resultaram, obviamente, algumas correções. E a última reunião terá ocorrido em finais de fevereiro de 2012 — penso que já referi esta data numa intervenção anterior.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E consegue dizer-me quem eram as pessoas que participavam nessas reuniões?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não sei dizer. Nem os conhecia. Se me perguntarem quem eram os técnicos do

Banco de Portugal, nunca os vi lá; os técnicos da troica, também não os vi. Portanto, não sei dizer quem são.

Mas, peço desculpa, posso acrescentar que há atas dessas reuniões onde, naturalmente, constam os elementos presentes nas reuniões.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sei que sim, mas a minha questão é um pouco mais profunda do que isso. É que aquilo que gostava de perceber era se este tipo de decisões eram tomadas estritamente a nível técnico ou se havia outros níveis de decisão. Acho normal e natural que quando se estão a discutir questões desta importância e desta gravidade haja outros contactos para além desses contactos exploratórios técnicos.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A minha pergunta é se, de facto, houve ou não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E alguma vez o Banco de Portugal levantou alguma objecção ou relatou alguma objecção a esta capitalização, a esta intervenção do Estado? Ou seja, aquilo que pretendo perceber é se esta foi uma decisão tomada de forma quase diria que pacífica, ou se havia várias opiniões, se houve discussões à volta do assunto, se se discutiu o montante, se se

discutiu a forma — o montante já percebemos que levou até a discussões bastante profundas posteriormente — e acho normal e razoável que, durante 2011, tenha havido várias opiniões e várias divergências sobre a maneira como a coisa deveria ter sido feita mesmo que no fim, obviamente, tenham chegado a um consenso. O que eu gostava de perceber é como é que correram essas negociações.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Para além do que já referi, não tenho mais nada a acrescentar, porque as reuniões eram feitas com o Dr. Duarte de Almeida e com o Dr. Nuno Teixeira, o Presidente da Comissão Executiva e o CFO.

Sei que do outro lado, normalmente, estava o Dr. Duarte Neves, mas em relação à composição das reuniões decisórias não lhe sei responder.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Como é que chegaram ao montante inicial? Foi o BANIF que explicou e determinou quanto precisava ou foi o Banco de Portugal que fez a sua análise e fez essa determinação?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Resultou do trabalho feito pela Pricewaterhouse, que apontou para a necessidade de provisionamento que já referimos há pouco. Portanto, podemos dizer que a entrada da Pricewaterhouse no

Banco foi uma iniciativa do Banco de Portugal, provavelmente por exigências da Comunidade Europeia, no âmbito da intervenção da troica.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — E na altura pareceu-lhe que este plano e esta ajuda, eram suficientes para ultrapassar os problemas do BANIF?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Pareceu.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Quer dizer que em relação a algumas dúvidas que depois se percebem num parecer, que aliás já foi aqui citado — creio que é de 6 de março de 2012, pelo menos está anexo a uma carta com essa data —, não eram uma preocupação do BANIF, eram apenas uma preocupação do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Se bem entendi há pouco — eu não me lembro dessa carta —, a carta aponta para necessidades de recapitalização de 440 milhões.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Aponta, mas diz também: «Sendo ainda que algumas das medidas previstas para o objetivo de redução da dependência de financiamento do euro-sistema apresentam um grau de incerteza elevado e o cumprimento

dos níveis mínimos do rácio de *Core Tier 1* requer níveis de reforço de fundos próprios que não se encontram com dados disponíveis assegurado para 31/12/2011...», etc., etc.

Aliás, posso dizer-lhe — não tem, naturalmente, obrigação de conhecer tudo o que se passou posteriormente — que o grau de incerteza elevado quanto às necessidades de capitalização e à recuperação dos fundos alocados ao BANIF é uma constante que se repete ao longo de todos os anos a partir deste momento.

Portanto, o que eu pergunto é se esta ajuda foi a necessária e a adequada. Ou seja, qual era a alternativa disponível na altura que poderia ter funcionado de forma diferente, se é que havia alguma?

Gostaria ainda de saber se em algum momento foi equacionado, por exemplo, um outro cenário — porque isso tem sido dito, ainda que de forma informal e sem se perceber exatamente qual é a fonte —, ou seja, que o melhor não seria uma solução de capitalização ou uma solução de ajuda do Estado, mas perceber que o Banco não era viável já nessa altura.

Isso foi assim, não foi assim, foi equacionado ou não foi equacionado?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — A viabilidade do Banco nunca esteve em causa.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Era isto mesmo que eu queria perceber, porque é evidente que isso é fundamental.

Nunca houve nenhum problema de viabilidade do Banco, ou seja o que havia era um problema que se considerava que era transitório e que se resolveria com recurso...

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Exatamente!

Eu acho que... Peço desculpa, eu não tenho de achar...

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Não tem de achar, de facto. Eu estou aqui para o questionar acerca de factos, e que isso bem claro. Em todo o caso, perceber que alternativas foram equacionadas na altura é fundamental para se perceber as motivações de cada uma das soluções encontradas, como é óbvio.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Eu ia dizer qualquer coisa, mas já não digo, eu não tenho que achar...

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe que abrevie.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, é só mais um pormenor.

Nesta tal carta de 4 de abril, o BANIF é questionado de forma detalhada, mas presumo que tenha sido uma carta...

É uma carta do Governador do Banco de Portugal, que informa...



O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Mas é 4 de abril de...?

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — De 2011!

Esta carta diz que vai passar a haver as tais reuniões com representantes de todos os bancos e pede uma série de informações enquadradoras daquilo que é a atividade de um banco.

Uma das informações pedidas diz o seguinte: «Tendo em conta os efeitos adversos das recentes descidas de *rating* da República, dos bancos e de titularizações, solicita-se, ainda, indicação sobre as ações em curso e previstas para reforço dos ativos elegíveis para operações de política monetária».

Gostava de saber se nos pode explicar de que é que se está a falar quando se fala de ativos elegíveis para operações de política monetária e qual era a situação do BANIF, em meados de 2011, em relação a estes ativos?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Gostaria de dizer que o BANIF recorreu às linhas de crédito do BCE, como outros bancos recorreram, mas, e isso era acompanhado por nós, pelo conselho de administração, dentro da quota de mercado que nós tínhamos.

Mas para recorrer às linhas de crédito do BCE era preciso ter ativos elegíveis, porque, no fundo, era a garantia que nós dávamos ao BCE quando recorriamos ao financiamento do BCE para acorrer

a necessidades de tesouraria. Isto porque havia um problema de liquidez que era generalizado em todo o sistema bancário português.

Portanto, o BANIF, como os outros bancos, recorreu sistematicamente ao BCE. E julgo que essa expressão que aí está de que ativos é que tem disponíveis era exatamente para acorrer ao financiamento do BCE.

A esta distância é difícil, mas penso que é isso que o Banco de Portugal quer dizer.

O Sr. Presidente: — Para concluir a primeira ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Em primeiro lugar, começo por cumprimentar o Dr. Joaquim Marques dos Santos e agradecer os contributos que possa dar a esta Comissão.

O Sr. Doutor disse, em 2011, que não percebia o porquê do *rating* das agências de crédito aos bancos e nomeadamente ao BANIF porque os bancos se tinham portado muito bem. Ora, é curioso que agora diga que nunca esteve em causa a viabilidade do Banco e, passados poucos meses da sua saída, o Banco registe perdas de 254 milhões de euros e registe imparidades de trezentos e quarenta e qualquer coisa milhões de euros, além das que já estavam registadas. Portanto, tinha uma ideia de mais ou menos

aquilo que se passava no próprio Banco a que presidia. Esta é uma consideração minha.

A primeira pergunta decorre precisamente dos 342 milhões de euros de imparidades, que são já reconhecidos em 2011, se não estou em erro. Disse-nos que decorrem precisamente da identificação feita pela Price. Assim, pergunto-lhe qual era o acompanhamento, nomeadamente através do SIP (Programa Especial de Inspeções), do OIP (Inspections Programme) ou de outros mecanismos de intervenção do Banco de Portugal, que já foi feito a esta carteira de imparidades e porque é que não estavam registadas? Dependeu, única e exclusivamente, de vir uma empresa privada detetá-las e nem o BANIF nem o Banco de Portugal se tinham apercebido delas.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Essas questões levam-me a falar um bocadinho sobre como é que se calculam as imparidades. Há elementos objetivos que nos podem levar, digamos, ao cálculo das imparidades, mas também tem uma carga muito grande de subjetividade.

Imagine — desculpem ir buscar uma figura — que um indivíduo tropeça. Estatela-se imediatamente, ou vai a cambalear 2 ou 3 metros e cai, ou cambaleia e cai passados 5 metros. E há situações em que o indivíduo, enquanto vai nos 3 e nos 5 metros, se agarra a alguma coisa, reequilibra-se e continua a andar como se nada tivesse acontecido.

Peço desculpa, mas o cálculo das imparidades relativamente às empresas é um bocadinho assim. Quer dizer, a imparidade numa empresa, no momento zero... Dizia-se: «A empresa está com dificuldades, a perda vai ser de 80%». Mas daí a 6 meses, provavelmente, a mesma pessoa diz: «Não, a perda vai ser de 50%» porque, efetivamente, a empresa não se reequilibrou e, passado um ano, vai chegar à conclusão de que a empresa se estatelou ao comprido e que, portanto, a perda foi de 100%. O cálculo das imparidades acompanha um bocadinho esta figura, pelo que, neste momento, nós olhamos para uma realidade que é completamente diferente da realidade de há um ano atrás.

E enquanto no BANIF se fez essa análise bastante exaustiva e isso levou ao cálculo dessas imparidades, o senhor verifica que alguns bancos ainda hoje, provavelmente, não fizeram esse cálculo na altura própria e estão a registar hoje essas imparidades. Portanto, isto é assim.

Li há dias, no *Jornal de Negócios* de 22/12/2015 — e peço desculpa por recorrer a isto —, uma declaração do Sr. Governador do Banco de Portugal, feita algures em fevereiro de 2013, já depois da recapitalização, que diz o seguinte: «O BANIF está em condições, no final do período de apoio público, de proporcionar uma rentabilidade estimada para a posição do Estado de 10%, garantindo também que, durante nove meses, o BANIF foi radiografado muitas vezes e de várias posições».

Sr. Deputado, tanto assim é — e continuo a recorrer apenas àquilo que vem na comunicação social — que o último Presidente da Comissão Executiva veio dizer que o Banco já estava a dar lucros. Portanto é porque, de facto, a análise feita em 2011 e, pelos vistos, também, em 2012 — já ouvi aqui que houve uma auditoria forense em 2012 —, o Banco foi devidamente esventrado e foram identificadas todas as situações.

Não sei se respondi à sua questão.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Sim, mais ou menos. Por mais radiografias que se tirem, não é possível conhecer a real situação de um banco, pelo menos por parte do Banco de Portugal. E, de certa forma, isso é um elemento fundamental para compreendermos que enquanto os bancos estiverem nas mãos e ao serviço de acionistas privados encontrarão sempre todas as formas de fazer uma gestão em seu benefício e o Banco de Portugal não tem os instrumentos nem a capacidade, sequer, para conseguir sondar a verdade sobre o Banco. E a prova disso é que, ao longo dos sucessivos exercícios de supervisão que o Banco de Portugal vai fazendo – o SIP, o OIP, o ETRICC – vai sempre descobrindo mais imparidades escondidas... Aliás, nem é o Banco de Portugal; na verdade, são as consultoras que o Banco de Portugal contrata para o fazer, porque o Banco de Portugal nem sequer consegue fazer esse trabalho sozinho.

O BANIF tinha, desde 2010, uma posição constante como segundo pior banco em termos de rácio de imparidades para crédito bruto – aliás, o senhor disse-nos aqui que durante alguns anos o Banco tinha dificuldades – e eu pergunto-lhe se é normal que um banco com um rácio de imparidades para crédito bruto que chegou a ascender a 12,7%, que esteve sempre muito mal, o segundo pior entre os oito maiores bancos, distribua dividendos.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Se tem resultados, tem de distribuir dividendos. Não é? Faz parte...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Apesar de saber das necessidades de capital?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Os montantes distribuídos nos dividendos – e estou a falar de memória – foram sempre relativamente modestos face aos resultados...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — 40% dos lucros, em média.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não! Não foi tanto... Se fez os cálculos verá.

Mas, em 2010, o Banco apresentou resultados e não distribuiu dividendos.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Até 2009 o Banco distribuiu, em média, e já tinha dificuldades, já tinha uma carteira de crédito com imparidades muito significativas e já tinha necessidades de capital – aliás, em 2012, elas vinham a revelar-se da dimensão que se conhece –, dividendos na ordem dos 40% do lucro.

Considera que é natural que os acionistas considerem retirar para si próprios ao invés de capitalizarem a instituição pela qual são responsáveis? Pergunto-lhe, apenas, se essa prática é comum.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Se foi a deliberação, a proposta é do conselho de administração, portanto... Nos dois últimos anos, 2008 e 2009, a ideia que tenho é que não foi tanto, mas se fez as contas é porque...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Segundo as contas que realizámos é uma média ao longo dos anos de 40% de distribuição.

Portanto, na prática, os acionistas, apesar de terem um Banco falido em mãos, achavam que deviam remunerar-se a si próprios com 40% dos resultados...

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Peço desculpa, mas o Banco não estava falido.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Pois, a história, infelizmente, veio a provar o contrário.

Gostava de lhe perguntar como é que era feito o acompanhamento pelo Banco e pelo Banco de Portugal dos grandes riscos nos termos da lei.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Os grandes riscos eram comunicados mensalmente ao Banco de Portugal. Há lista de todas as empresas ou grupo de empresas, quando há relação entre si, e portanto, esse acompanhamento é sistemático.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — E dentro dos grandes riscos estavam identificadas empresas do Grupo? Tem ideia de qual era o total da exposição do Banco ao próprio Grupo?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não podia ultrapassar os 10%. Esse era um acompanhamento à parte.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Há pouco disse que eram tomadas medidas excepcionais quando ultrapassava os 10% pontualmente. Que medidas eram essas?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Era anular as operações. Quer dizer se se tinha dado uma operação de crédito tinha de se anular essa operação de crédito, a operação tinha que ir para outro banco.



O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Nunca era provisioná-la e abatê-la ao ativo?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não! Não!

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — É que isso passou-se com outras...

Nós temos aqui algumas listas de créditos abatidos ao ativo muito curiosas até e também gostava de lhe fazer algumas perguntas sobre qual era a prática para decidir sobre créditos abatidos ao ativo, dentro e fora dos grandes riscos.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Qual era o critério? Bom, os montantes abatidos aos ativos eram só no caso em que, depois de executados os devedores, se chegava à conclusão que não havia nada, mas mesmo nada, a recuperar.

Portanto, mesmo considerando as garantias, se as houvesse, nas operações ou dos avalistas, se os houvesse, se se concluía que não havia nada para recuperar, então, nessa altura, seriam abatidas ao ativo.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Portanto, em todos os casos, antes de se abater um crédito ao ativo haveria sempre, até ao máximo, uma tentativa de cobrança.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Sim, sim!

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Por exemplo, com a Fundação Social Democrata isso também se passava, certamente.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Eu não sei se... Abateu-se crédito à Fundação Social Democrata?

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Estou a perguntar-lhe se, antes de se abater um crédito da Fundação Social Democrata, se fazia esse procedimento da cobrança da dívida e da execução da dívida.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Mas abateu-se crédito à Fundação Social Democrata?

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Bem, durante o seu mandato, nós não temos os valores, de facto, mas, posteriormente, há crédito em atraso e há crédito em *write off* abatido ao ativo em valores até substantivos.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Sr. Deputado, está a dar-me uma novidade... Os créditos à Fundação Social Democrata passados pelos crivos habituais estavam suficientemente garantidos.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Também admitindo que isto tenha sido entretanto regularizado. Nós só temos aqui uma radiografia pontual...

Mas pergunto-lhe isto porque as relações do BANIF com o poder na Madeira eram muito características, e eu gostava de lhe perguntar...

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não!

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Não, o quê?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não eram! Não eram!

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Gostava de lhe perguntar, no conjunto das imparidades registadas, quanto é que correspondia a empresas sediadas na Madeira e quanto é que era de empresas do próprio Grupo.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Peço desculpa. É capaz de repetir a pergunta, porque eu não...?

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Do conjunto das imparidades registadas àquela data..., ou, melhor, dos 800 milhões de imparidades desde 2010 a 2015, tendo em conta que não conhecerá

já uma parte delas, mas, de 2010 e 2012, há uma parte destes 800 milhões que está relacionada com o seu mandato e sobre essa parte específica pergunto-lhe: quanto é que era relacionado com créditos não performantes da economia da ilha da Madeira – do imobiliário, etc. e, aliás, se conseguisse desagregar por setores melhor – e quantos é que eram de empresas do próprio Grupo.

Portanto, qual é a responsabilidade de cada uma destas partes no conjunto das imparidades registadas?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não tenho esses dados para lhe responder, mas do Grupo... Falemos do Grupo Rentipar, que é sobre isso que está a querer saber. Em relação a este Grupo julgo, ou, melhor, tenho quase a certeza que não havia nenhuma situação em incumprimento.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Portanto, não se registaram imparidades.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não!

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Nem da Autoindustrial?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Não! A Autoindustrial tinha uma exposição muito diminuta no BANIF em termos de crédito. Praticamente, nem trabalhava com o Banco.

Relativamente às empresas da Madeira não tenho esses dados para lhe responder, não sei se os relatórios do Banco respondem a essa dúvida, mas dir-se-á que o nível de incumprimento de crédito na Madeira não era muito significativo – e estou a falar de memória –, até porque em termos de depósitos na Madeira podemos estar a falar de 35% ou 36% de quota de mercado e em termos de crédito o Banco tinha uma quota de cerca de 23%, ou seja, muito abaixo da quota normal.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Então, nesse caso, grande parte dessas imparidades é, praticamente, toda afeta a uma carteira de garantias que terá ficado subvalorizada fruto da desvalorização do mercado imobiliário e que terá sido colocada em grande parte em veículos de finalidade especial. É isso?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Está a referir-se à Madeira ou em geral?

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Em geral.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Sim, houve muito crédito imobiliário que, de facto... Mas a posição do Banco no crédito imobiliário em geral está dentro das nossas quotas de mercado e também não é nada do outro mundo... Estou a falar em termos de banco comercial.

Relativamente à Madeira, penso que a posição até é ligeiramente inferior, porque o Banco, o conselho de administração desencorajou as operações de crédito imobiliário na Madeira a partir de 2007/2008 e só financiou, tanto quanto julgo saber, algumas operações ligadas ao turismo e também à construção de habitação destinada a clientes estrangeiros, porque houve uma altura – não sei se é do vosso conhecimento – em que havia muitos clientes estrangeiros que procuraram habitação em Portugal, que apostaram na habitação em Portugal, nomeadamente na Madeira e no Algarve.

Portanto, houve alguns projetos direcionados para esse tipo de clientes mas que, de facto, com a crise, essa parte também sofreu bastante.

Em termos relativos, não sou capaz de lhe responder.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Pois, a Price ainda há pouco tempo identificou essas aventuras como muito arriscadas para o Banco, tendo em conta que muitos dos projetos imobiliários nem sequer se iniciariam, apesar de terem levado o crédito e de as garantias dadas não corresponderem absolutamente em nada ao crédito concedido.

Ora, isto leva-me à seguinte pergunta: como é que era exatamente avaliado o risco também para os grandes riscos e fora dos grandes riscos? Quais eram os mecanismos de avaliação de risco de que o Banco dispunha?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Os normais... As operações eram analisadas pelos serviços técnicos do Banco, havia uma linha hierárquica em que essas operações eram analisadas, desde o início até ao conselho de administração, as áreas comerciais estavam divididas em áreas.... Por exemplo, a Madeira tinha um diretor-geral e tinha um administrador que comandava todas as operações na Madeira; nos Açores havia um diretor-geral que supervisionava todas as operações e também tinha um administrador; no Continente tínhamos um administrador que tinha os centros de empresas e também a direção de agências.

Portanto, as operações eram analisadas pelos serviços técnicos, analisadas e validadas por essa hierarquia que, se tinha poderes decidia, se não tinha levava as propostas ao conselho de administração e, tendo em conta a conjuntura na altura, decidia pelo sim ou pelo não.

Houve operações que foram deliberadas pelo sim, mas houve muitas que também foram recusadas...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Não temos dúvida nenhuma disso. Aliás, os portugueses sabem bem que é muito mais difícil obter crédito se for um particular ou uma pequena ou média empresa do que os grandes grupos económicos, pois para esses é raro haver um não... Não é? Mas, depois, quando esses não pagam são os outros que acabam por pagar por eles, porque com essas

imparidades todas... É que são 400 e tal milhões de imparidades e eis que os portugueses foram chamados a colocar 3 000 milhões num banco, mas...

Enfim, perdoe-me a expressão, os banqueiros emprestam o dinheiro dos outros e, depois, quando os amigos dos banqueiros não pagam o dinheiro emprestado lá tem de vir o Estado meter o dinheiro que os banqueiros emprestaram indevidamente, porque o risco é avaliado pelos banqueiros, mas quando não há pagamento não são os banqueiros que têm de lá colocar o dinheiro, são os Estados.

Já agora, pergunto-lhe também o seguinte: havendo créditos vencidos ou em atraso, em incumprimento, ou mesmo créditos abatidos ao ativo, havia empresas que conseguiam novos créditos?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não. Só por lapso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de passarmos à segunda ronda de perguntas, vamos fazer uma pausa de 5 minutos. Está interrompida a reunião.

*Eram 11 horas e 42 minutos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.



*Eram 11 horas e 46 minutos.*

Vamos, então, iniciar a segunda ronda de perguntas.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rubina Berardo.

A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Marques dos Santos, elogio a sua resistência nos trabalhos desta Comissão de Inquérito. Acho que nos está a facultar uma perspetiva comparativa muito interessante, na medida em que esteve 24 anos na história do BANIF. Obviamente que há um vínculo emotivo que foi evidente em algumas partes das suas respostas na primeira ronda de perguntas e na parte factual. Mas olhemos novamente para as suas funções exercidas no BANIF.

Tenho um conjunto de sete questões que gostaria de lhe colocar.

Pode confirmar que deteve o pelouro da Auditoria Interna no BANIF?

Qual era a estratégia do Banco no estabelecimento de sistemas de controlo interno na concessão de crédito?

Quantas *asset and liability committees* existiam no Banco?  
Quando é que foram criadas?

Qual era a sua estratégia de comunicação entre a sede do Banco e as diferentes filiais?

No BANIF Brasil também havia este género de *committees*? Como é que funcionavam e qual era o *reporting* que faziam em relação ao BANIF-mãe?

Referiu, numa das suas intervenções, que havia um autocontrolo na decisão de operações, só que o autocontrolo não pode ser autopiloto das subestruturas do Banco. Se calhar, haverá muitas surpresas, mas vou citar Lenine, que dizia «ter confiança é bom, mas ter controlo é melhor.» É sempre bom admitir quando uma frase é boa, e esta é realmente boa.

Nesse sentido, gostaria de saber o que é que quer dizer com o autocontrolo na decisão das operações e qual era a transformação disto para a própria concessão de créditos do Banco durante a vigência das suas funções, dando uma perspetiva temporal sobre esta matéria.

Pergunto ainda se considera que o Banco operava com modelos internos de concessão de crédito errados e se não houve uma avaliação subsequente a esses modelos internos.

Depois, gostaria de regressar à questão, que já foi diversas vezes abordada, das imparidades detetadas e de lhe perguntar como é que explica que 82% das imparidades reportam a créditos concedidos antes de 2012 e por que é que não há esse mesmo nível de imparidades detetadas após 2012, quando o Banco continua a operar e a conceder créditos. Há aqui uma diferença muito grande: onde é que estão as imparidades pré 2012 e pós 2012?

Na sequência do próprio *stress test*, que demonstrou a necessidade de recapitalização do Banco, a equipa à frente do BANIF foi substituída. Como é que comenta essa substituição. Existe aqui alguma causalidade entre estes dois fatores? Qual é a sua avaliação desta matéria?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como colocou muitas perguntas, se, no final das respostas, verificar que alguma ficou por responder, poderá sinalizar a Mesa.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu sete questões, mas tomei nota de oito.

Tive, de facto, o pelouro da Auditoria Interna. É das normas que o Presidente da Comissão Executiva tenha a Auditoria Interna, portanto tive-a sempre enquanto fui Presidente da Comissão Executiva.

Havia um plano de auditorias, confidencial, que funcionava e sempre funcionou muito bem.

Falou no controlo interno. Havia também um órgão responsável pelo controlo interno, que era a Direção Geral de Risco, que polarizava as preocupações sobre ele e fazia um relatório anual para o Banco de Portugal. Esse relatório era feito em conjunto com a Direção de *Compliance* e também com a

Direção de Auditoria. Aqui faço um parêntesis para referir que esse controlo interno englobava não só a atividade em Portugal, mas também a atividade das várias empresas do Grupo, estivessem onde estivessem, cá ou no estrangeiro.

Criámos também órgãos corporativos — o *compliance* corporativo, o risco corporativo, a auditoria corporativa —, que polarizavam as orientações genéricas, cada um na sua área, para as várias empresas do Grupo, estando em Portugal ou no estrangeiro.

Estes relatórios englobavam o controlo interno e a nossa preocupação era que a matriz utilizada em Portugal fosse utilizada nas várias empresas do Grupo, fosse no Brasil, em Cabo-Verde ou nos Estados Unidos.

No Brasil existiam também estes órgãos e havia uma relação muito estreita com os órgãos corporativos aqui em Portugal. Havia um *reporting*, de facto, da informação e das operações que eram feitas. A auditoria corporativa fazia o acompanhamento dessas operações e fazia o *report* interno.

A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Há pouco referiu que foi surpreendido por certas operações no Brasil.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Exatamente, pelas concentrações...

A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Então o *reporting* não funcionava?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Quer dizer, a gente quando vê a informação não sabe se a sua formalização foi correta ou não. O problema esteve em que se atingiram esses montantes com poderes que não estavam delegados e com a interligação entre empresas do mesmo Grupo que não está evidenciada. Aqui em Portugal não sabíamos que a empresa *A, B, C e D* tinham relação entre si. Deviam ter sido informadas como empresas do mesmo Grupo e não foram.

Há pouco falei no autocontrolo, mas o controlo não é feito pelo autocontrolo, como é óbvio. Todas as operações de crédito não só com a segregação de funções — e foi aqui que falei em autocontrolo, porque é o funcionamento do dia a dia; autocontrolo nesse sentido... Mas, depois, há o acompanhamento das operações pela Auditoria Interna, que vai verificar se, de facto, a formalização e o cumprimento das normas estão corretos, o acompanhamento da Direção de Risco que, também, todos os meses fazia uma relação dos créditos e verificava a bondade e a situação de cada um e o *Compliance* seria chamado quando havia dúvidas sobre os termos da formalização.

Em relação aos modelos de crédito, todo o crédito era regulamentado pelo Regulamento Geral de Crédito interno. O das empresas era mais complexo, porque, para além da análise

económica, havia também a análise financeira. Havia a intervenção do risco que se debruçaria mais sobre a parte financeira. E, depois, havia o crédito aos particulares — o crédito à habitação, o crédito pessoal ou ao consumo —, e isso era feito em modelos que criámos, que o Conselho de Administração criou com o apoio da Direção de Risco e também com a colaboração da universidade.

Portanto, eram modelos bem testados, validados, que o próprio Banco de Portugal também validou. Esses modelos eram, depois, validados no Banco Central.

Tudo isto era feito, digamos, de acordo com as regras, mas podemos ter exagerado nalgum ponto. Havia, naturalmente, os chamados «pontos de corte», que podiam ser mais ou menos benéficos, e aí pode haver alguma explicação para o excesso de determinado tipo de crédito ou para a rarefação. Mas quando se quer abrir a torneira, abre-se um bocadinho o ponto de corte, quando se fecha reduz-se o ponto de corte.

Havia modelos, e os modelos não estão errados, são testados. As circunstâncias é que se alteram e quando há aumento de desemprego e as pessoas não podem pagar os seus créditos obviamente não há modelos que resistam.

Falou-me depois nas imparidades. Relembre-me qual era a dúvida sobre elas.

A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Era sobre a diferença até 2012, em que se detetam 82% das imparidades, e após 2012. O que é que mudou depois de 2012?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Normalmente, as imparidades só se verificam três ou quatro anos depois de ser concedido o crédito. Não é algo instantâneo. A gente dá o crédito e, normalmente, leva uns anos até o crédito entrar em imparidade. Ou então a análise está completamente errada. Não é verdade?

Há uma outra explicação: tanto quanto julgo saber, o BANIF, a partir de 2012, com o novo Conselho de Administração, reduziu mesmo, mas mesmo muito, a concessão de crédito. Quer dizer, houve uma paragem na concessão de crédito por razões do desequilíbrio que, pelos vistos, o Banco de Portugal sentiu que existia, porque os depósitos não eram suficientes.

A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Porque houve um erro de estratégia do Banco?

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não considero isso. Pode haver visões diferentes, mas não considero isso.

Por que é que agora há menos imparidade? Podia avançar com a minha opinião, mas os Srs. Deputados não devem estar interessados nela.

Finalmente, por que é que a equipa foi substituída? Essa é uma resposta que os acionistas terão de dar. No que me diz respeito, saí porque já estava reformado. Reformei-me em 2009, fiz mais um mandato reformado e, portanto, cheguei ao fim da carreira. Saí das minhas funções com 51 anos de atividade. Acho que eram anos mais do que suficientes.

de atividade. Acho que eram mais do que suficientes.

Não sei se respondi a todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, segundo a nossa metodologia, as perguntas deveriam ser feitas de uma só vez e, havendo alguma questão que não tivesse ficado esclarecida, então, poderia chamar a atenção para isso, mas...

A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Era uma sequência, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto-lhe só se, das perguntas que formulou, considera que alguma delas não foi respondida, porque a nossa metodologia da segunda ronda de perguntas é diferente da primeira, ou seja, na primeira há um tempo que pode ser sempre utilizado em diálogo e, na segunda ronda, não é suposto que assim seja, pelo que não queria abrir um precedente.

Mas se houve alguma questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada entenda que não foi esclarecida, poderá sinalizá-la.



A Sr.<sup>a</sup> **Rubina Berardo** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

No âmbito da primeira pergunta, coloquei a questão do pelouro de auditoria interna e gostava que o Sr. Doutor me dissesse por que é que deixou de ter esse pelouro a partir de 2011.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, passei a *Chairman*. O Presidente da Comissão Executiva passou a ser o Dr. Duarte Almeida e ele é que passou a ter a auditoria interna.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Doutor, sem grandes comentários, queria fazer-lhe três perguntas, apesar de duas delas serem bastante segmentadas.

A primeira pergunta diz respeito ao rácio de *Core Tier 1*, que, voltando ao fim de 2011, era de 6,78% no BANIF SGPS e de 10,1% no BANIF SA — são os valores que temos no relatório e contas. Isto significa que as outras atividades que não da banca comercial consumiam muito mais capital do Grupo do que as atividades da banca comercial. E a minha primeira pergunta é esta: quais eram as outras atividades que mais prejudicavam o rácio do BANIF SGPS? E, já agora, gostava de saber se me consegue explicar porquê. É que o rácio do BANIF SA estava dentro dos parâmetros que tinham

sido fixados pelo Memorando de Entendimento e pelo aviso do Banco de Portugal.

A segunda pergunta tem a ver com imparidades. Voltando a reportar-nos ao ano de 2011, vamos ver as imparidades por tipo de crédito, e era aqui que gostaria de segmentar: imparidades no crédito pessoal, ao consumo e à habitação; imparidades nas empresas, em particular nas PME, e, dentro das empresas, destaco a área da construção e dos serviços imobiliários. Qual era o nível de imparidades neste segmento em particular e, finalmente, nas grandes empresas?

A minha terceira pergunta, voltando a segmentar, incide sobre imparidades no Continente, na Madeira, nos Açores e nas filiais no estrangeiro, particularmente no Brasil e naquelas que poderiam estar também nas Cayman e nas Bahamas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Sr. Deputado, são perguntas muito difíceis para mim, a esta distância.

Quanto às outras atividades do Grupo relacionadas com o *Core Tier 1*, não lhe sei responder. E por que é que não lhe sei responder? Porque, de facto, não tenho isso presente, porque, de facto, as atividades do Banco estão divididas por responsabilidades e por colegas que fazem parte do Conselho de Administração. São

perguntas, nitidamente, para o CFO. Agora, de repente, não consigo distinguir por que é que, na *holding*, o *Core Tier 1* tinha essa diferença tão grande.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, o Banco de Portugal já desde 2008 tinha fixado um *Core*.

Recordemos: o BANIF SGPS era uma sociedade cotada que devia informação ao mercado e, desde 2008, o Banco de Portugal tinha estabelecido um *Core*, ainda ao abrigo de Basileia II, se não me falha a memória, de 8%.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Para o Banco?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, para o Banco. E a entidade sob supervisão do Banco de Portugal era a Rentipar Financeira.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Exatamente!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Portanto, pelo menos desde essa altura, a questão dos rácios prudenciais era uma questão central na administração das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

Com o Memorando de Entendimento, foram fixados dois objetivos, para 2011, para 2012 e para manter no futuro. E a

pergunta que faço ao *Chairman* do BANIF SGPS, na altura, é esta: não cumprindo o rácio e estando aquela que era a banca comercial, eu diria, o grande «pulmão» financeiro da instituição, a cumprir os rácios, gostava que me dissesse quais eram as outras atividades da SGPS que contribuía negativamente e porquê, já que a diferença é de mais de 3% de rácio *Core Tier 1*.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Não consigo, Sr. Deputado.

É que a obrigatoriedade dos 9% e 10% nos anos que referiu é para o BANIF, banco comercial, não é para a SGPS. Se há alguma exigência, em termos de *Core Tier 1*, é para a Rentipar Financeira, não é para a BANIF SGPS. A BANIF SGPS não era supervisionada pelo Banco de Portugal, só o era indiretamente, porque agregava, digamos, os bancos.

Portanto, o Banco de Portugal consolida a Rentipar Financeira e as unidades que têm atividade bancária.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Doutor, posso ler-lhe aqui uma passagem do parecer do Banco de Portugal, para explicar por que lhe estou a fazer a pergunta relativamente ao BANIF SGPS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Só estou a tentar esclarecer a primeira pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Mas, nesse caso, vamos deixar que o Sr. Doutor conclua as respostas e o Sr. Deputado anotar se considera que alguma delas não foi respondida.

Queira, então, concluir, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Vou concluir e a conclusão é muito simples.

Quanto às imparidades que o Sr. Deputado pediu, de 2011, relativas ao crédito pessoal, ao consumo e à habitação, a grandes empresas e, também, ao estrangeiro, concretamente ao Brasil, não tenho essas informações. Não tenho.

Relativamente à divisão das imparidades, no Continente, na Madeira e nos Açores, também não a tenho presente. Aliás, essa pergunta já me foi feita há pouco, mas não sei distinguir, não tenho essa informação. Peço imensa desculpa mas, de facto...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, permite-me que pontualize...

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A pontualização diz respeito à primeira questão.

Bem sei que a entidade sob supervisão do Banco de Portugal era a Rentipar Financeira, mas, quando foi preparado o estudo de viabilidade, ao abrigo da emissão de obrigações com garantia do Estado, e de que o Banco de Portugal emitiu parecer, há um parágrafo que refere o seguinte: «A Rentipar Financeira SGPS é a entidade sujeita a supervisão em base consolidada pelo Banco de Portugal e a entidade responsável pelo envio do estudo de viabilidade. Todavia, sendo a BANIF SGPS a *holding* do Grupo cotada em bolsa e relativamente à qual existe informação disponível mais detalhada, o estudo de viabilidade e o *funding and capital plan* foram elaborados ao nível da BANIF SGPS».

É por isso que lhe faço a pergunta no que diz respeito ao BANIF SGPS, porque ainda que percebendo e sabendo que era a Rentipar Financeira, os estudos de viabilidade e o *funding and capital plan* foram sempre elaborados no âmbito da BANIF SGPS.

O Sr. Dr. **Joaquim Marques dos Santos**: — Peço desculpa, o que se diz aí é que quem fez o trabalho foi a BANIF SGPS e não a Rentipar, porque a Rentipar não tinha estruturas nem informação para fazer esse estudo de viabilidade e, portanto, solicitou ao BANIF SGPS que fizesse esse trabalho. É isso que está aí!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, haverá uma terceira ronda de perguntas, pelo que se quiser pedir mais algum esclarecimento, ainda o poderá fazer.

Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, a verdade é que sem dados torna-se um bocadinho difícil conseguirmos chegar a grandes conclusões.

Em 2011 e 2012, o BANIF tinha 8,1% e 7,6%, respetivamente, das imparidades do sistema, mas só tinha 3,6% e 3,5%, respetivamente, de percentagem nas carteiras de crédito. Portanto, o BANIF, em 2011, tem 3,6% do crédito do sistema, mas tem 8,1% das imparidades do sistema. E, em 2012, tinha 3,5% da carteira de crédito, mas tinha 7,6% das imparidades. Como o Sr. Doutor mesmo disse, ainda há pouco, que, quando fazemos créditos, as imparidades só se vêm a revelar mais tarde, isto significa que as imparidades que vieram obrigar a reforços de capital no BANIF resultam de decisões que foram tomadas durante o seu mandato e a sua gestão. Portanto, há um conjunto de créditos que foi dado sem colateral, com um racional muito duvidoso e que temos de esclarecer, porque, claramente, parte do problema vem daí. Isto, para além de haver, depois, unidades internacionais que vieram a revelar-se sem qualquer viabilidade. É que se, em Portugal, a crise chegou em 2008/2009, no Brasil, não chegou em 2009 e, por isso, não se explica como é que, em 2013, a unidade do

Brasil vem a registar imparidades e perdas de um montante até superior, em proporção, àquele que Portugal tinha. Há aqui um problema na gestão destes negócios que era importante esclarecer.

Da mesma forma sucede com a ideia de «demos crédito a pequenas e médias empresas». É que o crédito dado à Finpro está classificado como crédito a pequenas e médias empresas; o crédito dado à Rioforte está classificado como crédito a pequenas e médias empresas; o crédito dado a todas as empresas imobiliárias e de construção, que são a grande maioria da carteira de crédito, está classificado como crédito a pequenas e médias empresas, mas a verdade é que há um enviesamento da estrutura e da carteira de crédito do BANIF para empresas de construção, empresas de promoção imobiliária e sociedades gestoras de participações sociais, o que é diferente da ideia que temos. E tudo isto são créditos sem garantia.

Há, pois, um problema nesta carteira de crédito.

O caso da Finpro, de que lhe falei há pouco, só para esclarecer, é o de que há um crédito de 2013, de mais de 20 milhões, mas há um descoberto bancário aberto em 1998, pela Direção Comercial do Sul, que nunca teve garantia ou colateral, que veio a acumular perdas de 3 milhões com um descoberto bancário de 2008 e que nunca teve grandes consequências.

Ora, alguma coisa aconteceu para que uma auditoria da Price, neste caso, tivesse determinado um reforço substancial das imparidades nesta carteira de créditos, que, claramente, já lá



estavam, já existiam, mas não estavam identificadas. Portanto, havia deficiências na análise dos colaterais e da carteira de crédito.

Tenho um último conjunto de perguntas, para além desta questão das imparidades, e acho que já são perguntas mais do que suficientes, embora me pareça que as respostas não foram tão detalhadas como as perguntas.

Em 2010, há um anúncio de compra, por parte da Caixa Geral de Depósitos, de uma corretora que o BANIF tinha no Brasil. Em 2011, o BANIF apresenta resultados positivos de 8,5 milhões, muito influenciados pela receita da venda desta BANIF Corretora por 57,1 milhões.

Em 2012, a Caixa compra a segunda *tranche* da corretora por 30 milhões, o que dá um total de 80 milhões que a Caixa investe nessa corretora, e sendo que este negócio é feito em 2012, em 2014, a Caixa registava imparidades de quase 30 milhões, por causa da corretora que tinha comprado, por 80 milhões, dois anos antes. Isto significa perdas de 60 milhões para a Caixa Geral de Depósitos.

O que gostaria de compreender era se passou por si este negócio da venda da corretora do Brasil e se do lado de lá, do lado da Caixa BI, estava Jorge Tomé, a fazer este negócio da venda da corretora, e quem foram os intervenientes neste processo de uma venda que foi, claramente, bastante lucrativa para o BANIF e, claramente, muito prejudicial para a Caixa Geral de Depósitos. Portanto, quem é que fez este negócio, quem é que vendeu, quem foram os interlocutores.

Por último, um esclarecimento: há uma discussão com o Banco de Portugal — acho que ainda a acompanhou — sobre suprimentos feitos por acionistas como forma de capitalização do BANIF em 2009 e o Banco de Portugal aparece em 2011 a dizer que estes suprimentos não têm qualidade suficiente para servirem de capital do Banco e, portanto, é preciso rever a forma como os suprimentos foram feitos e que os acionistas prestem outro tipo de garantias financeiras e penhores financeiros para regularizar esta situação.

Gostaria que conseguisse explicar-me este problema que, certamente, acompanhou, que me pudesse dizer o que se passa com a qualidade destes suprimentos e o que é que se passou ou não com as garantias dadas pelos acionistas para compensar esta operação que não foi aceite pelo Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Gostaria de fazer duas precisões: a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que a Finpro tem um descoberto em 2008 de quanto?

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — A Finpro tinha um descoberto aberto em 2008 que, depois, veio a dar um total de 3 milhões, se não estou em erro, mas, mais uma vez, é uma questão de eu encontrar aqui a informação. Mas eram 3 milhões.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Mas a direção comercial do sul é, de facto, o banco comercial.

Os suprimentos de que falou são ao BANIF ou...?

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Sim. Ao BANIF ou pode ser à Rentipar Financeira, mas deixe-me ver...

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — É que não me lembro nada de suprimentos ao BANIF...

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — À Rentipar Financeira.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Sobre as imparidades e o seu desnível face ao volume de crédito isso é um facto. Qual é a explicação que posso dar...? O Banco começou a atuar em 1988 numa situação muito difícil, embora numa conjuntura mais favorável do que a atual, mas, para crescer num ambiente de grande concorrência, tivemos de correr mais riscos do que um banco já consagrado no mercado.

Assim sendo, provavelmente, esses níveis de incumprimento que constata em 2011 face à carteira de crédito têm esta explicação. Aliás, repito que a apreciação do crédito respeitava o regulamento, que era rigoroso, e era feita a análise... Houve decisões que correram mal, mas sobre isso não sou capaz de acrescentar mais nada.

Na Finpro sobre se há esse descoberto, eu não tenho isso presente e a operação que referiu, em 2013, já não é do meu tempo.

Quanto à terceira questão sobre a compra da corretora no Brasil, de facto, o Banco desenvolveu lá uma corretora que transformou, depois, numa corretora *on-line*, que teve um êxito bastante grande, a Caixa mostrou-se interessada em comprar essa corretora e nós tivemos necessidade de venda exatamente porque, da sua venda, iria resultar uma mais-valia que era necessária para a recapitalização do Banco, porque, já nessa altura necessitávamos de aumentar os capitais próprios – e estamos a falar de 2011.

Portanto, a compra e a venda, que para nós foi uma venda que nos custou muito, porque era uma peça do ativo que estava a dar bons resultados, foi um negócio feito no interesse e com vantagem para ambas as partes, mas se, depois, resultou mal para a Caixa já não lhe posso responder.

Do lado do BANIF as negociações foram feitas pelo Dr. Duarte Almeida, que era o presidente da comissão executiva, que eu acompanhei muito de perto, como é óbvio, e pela Banco de Investimento, que dava o seu *apport* técnico, e do lado da Caixa Geral de Depósitos estava um administrador que tinha a parte internacional, do qual não me lembro do nome. O Dr. Jorge Tomé também participou nisso.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra, para uma segunda ronda, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero usar a segunda volta de perguntas muito brevemente, porque já percebi que algumas informações não vamos conseguir obter. E é pena, porque há duas vertentes de análise nesta Comissão: uma, é perceber o que correu mal no BANIF; outra, é perceber o que é que as diversas instituições, sejam elas a supervisão, o Governo ou as instâncias europeias, fizeram a respeito do que se passava no BANIF.

Então, da fase que decorre sob a sua responsabilidade era essencial perceber, quanto a este último assunto, como é que foi tomada a decisão no fim de 2011. Como é que ela correu? A única coisa que me disse da sua participação direta foi que houve duas conversas com o Banco de Portugal... Ora, parece-me que é pouco para a decisão que foi tomada. Em todo o caso, pergunto se, nessas conversas, foram avaliadas alternativas à intervenção do Estado, que foi então desenhada, e se, em segundo lugar, foi desenhado algum plano, ou qual era a sua ideia sobre a maneira como o BANIF podia inverter a situação.

Isto leva-me à uma segunda questão, porque, no fundo, a descrição que nos faz é a de que o BANIF até tinha bons resultados, a determinada altura foram registadas imparidades, essas imparidades têm um grau de subjetividade, porque, no fundo, o que estamos a avaliar é como é que no futuro vão correr os créditos em

carteira e, portanto, basta que se seja pessimista a avaliar esse futuro para que haja perdas e registo de perdas por imparidades...

No fundo, quem o ouvisse, exceto na última resposta que deu em que disse que as decisões correram mal, parecia que apenas havia um problema contabilístico, que as coisas iam de vento em popa, e eu creio que não. Acho que o problema era muito mais do que um problema contabilístico, porque se só houvesse um problema de registo de imparidades e se elas não existissem na realidade, no período de 2011 a 2015, provavelmente muitos desses créditos teriam sido cobrados, teriam sido cobrados integralmente, e, portanto, o problema teria desaparecido.

Ora, parece-me bastante visível que ele não desapareceu e, então, o que lhe pergunto é se, na altura, foi desenhado ou se havia algum plano para corrigir o que ia mal.

Por último, queria perguntar-lhe se nestes vários cenários analisados – e já percebi que os cenários são mais uma teoria minha do que um facto por si confirmado mas, em todo o caso, parece-me normal e razoável que uma empresa em dificuldades, e o BANIF era uma empresa em dificuldades, analise vários cenários. Acho que isto é razoável e expectável – foi estudada a redução da atividade do BANIF, ou seja quase a transformação do BANIF num banco regional.

Pergunto-lhe: este assunto esteve em cima da mesa? Se sim, se este foi um cenário analisado, ele foi proposto ou sugerido por quem?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, posta assim a questão até parece que isso é simples, mas não é de facto.

Quando eu referi dois contactos com o Banco de Portugal – e não sei se foram dois ou se foram três – estou a falar nos meus contactos pessoais, porque contactos com o Banco houve inúmeros.

Sobre o problema da imparidade, esse é um problema que o Banco tinha e tem, não é novo, mas, perante as situações, o que temos de fazer é atuar ou deixar andar... Mas também não se pode recuperar onde não há nada para recuperar, obviamente, mas, às vezes, a atuação eficaz atenua muito os problemas.

Sobre se houve cenários desenhados, quero dizer-lhe que não houve cenários, porque, como disse há pouco, houve conversações na sequência do relatório do *stress test* que levou a um reforço das provisões no ano 2011 e, praticamente, esse diálogo com o Banco de Portugal, incluindo as medidas a serem implementadas na sua sequência, foi cortado com a mudança do conselho de administração.

Portanto, nós não tínhamos desenhado nenhuns cenários alternativos, não havia... Havia só o apontar para a necessidade da recapitalização do Banco.

A ideia de transformar o Banco num banco regional nunca foi posta no meu tempo, nunca! Essa é uma ideia que... Aliás, aqui

arrisco uma opinião pessoal: é um disparate autêntico! É um disparate! E é preciso lutar contra isto, porque isto, sim, é que é inviável. Portanto, era preciso lutar contra isto e argumentar nesse sentido.

O conselho de administração tinha um plano de redução do número de agências, de 50 a 60 agências já devidamente identificadas, como medida para reduzir os custos da instituição e eu penso que essas medidas foram, depois, implementadas pelo conselho de administração seguinte.

Mas, repito, nós já tínhamos medidas e havia, para além da redução de efetivos e de redução de custos, outras medidas que estavam preconizadas, mas que não sei se foram ou não continuadas.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago para concluir esta segunda ronda de perguntas.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Sr. Doutor, na sua opinião, já não estando no Banco nessa altura, as limitações colocadas pela Comissão Europeia e pela Direção-Geral da Concorrência tornariam o Banco inviável se estivessem relacionadas com essa ideia de contrair ao ponto de ser um banco regional ou, então, na prática, condenavam-no a ser incorporado ou integrado numa outra instituição.



Portanto, pergunto-lhe se as orientações que a DGCom deu para uma suposta reestruturação, uma futura reestruturação do Banco, a fazerem-se e a serem cumpridas, teriam levado a um desfecho que seria a inviabilidade total do Banco ou a sua integração num banco maior. É claro que aqui peço-lhe uma opinião enquanto profissional do setor, não estou a referir-me a factos.

Tem conhecimento de uma carta enviada pela Comissária responsável pelo setor financeiro ao Governo da República Portuguesa durante o ano de 2012 sobre a situação do BANIF e, se tem conhecimento da existência desse contacto, que informação é que o Banco de Portugal ou o Governo da República Portuguesa lhe deram sobre esse contacto?

Há pouco, referiu-se à presença constante, presumimos que física, porque o Banco de Portugal dispõe dessas equipas, de uma equipa do Banco de Portugal junto do Banco.

Não sei se é uma presença física constante e por isso também lhe pergunto que forma é que ela assumia, a que dados tinha acesso e como era a interação entre a avaliação de risco, a concessão de crédito, o conjunto de departamentos de controlo interno, o Banco de Portugal e como é que o Banco de Portugal interagia com a administração do Banco e com a comissão executiva: Ou seja: estava lá? O que é que fazia em concreto, que dados solicitava e como é que eram transferidos os dados para o Banco de Portugal? O Banco de Portugal entrava diretamente nos sistemas? Era o

BANIF, com todos os seus problemas informáticos, até identificados pelas auditoras externas, que definia o que é que dava o Banco de Portugal? Como é que se processava isso?

Sobre as garantias e a avaliação de crédito... Convém dizer que isto é tudo muito complicado, porque são processos muito complicados que envolvem uma avaliação de risco e que os modelos eram muito bons. Bem, os modelos não eram assim tão bons. São os próprios auditores externos que dizem que o modelo de avaliação de risco do Banco não era fiável. E não era preciso dizerem, porque em relação a um banco que tem o segundo pior rácio de imparidades para crédito bruto apesar da sua dimensão não era preciso vir um auditor externo para perceber que havia algum problema na avaliação de risco.

Essa avaliação de risco também nunca influenciou muito a concessão de crédito, porque, apesar das imparidades irem crescendo, e vão crescendo muito substantivamente, até entre 2010 e 2015 e também entre 2010 e 2012 o rácio de imparidades para crédito vai crescendo. Portanto, a carteira de crédito do Banco vai-se deteriorando e não há medidas adicionais tomadas.

A prova disso é que só já a meio de 2012 é que há uma inversão concreta, pelo menos com a identificação das imparidades.

Também nessa altura, em 2012, além do registo dos 340 milhões em imparidades, há um aumento de custos com capital de 633 milhões de euros. Pergunto-lhe se tem conhecimento de onde

vem um aumento de custos de capital tão elevado. O *rating* ou o financiamento externo tornaram-se tão adversos que justificaram esse aumento?

Porque é que as garantias eram todas parqueadas em sociedades de finalidades específicas e como é que se definia quais eram as que consolidavam e as que não consolidavam no balanço do BANIF?

Há pouco, por exemplo, quando lhe falei da Fundação Social Democrata, disse-nos que os créditos eram suficientemente garantidos, que tinham boas garantias associadas. Enfim, dívidas em atraso, cobranças em atraso, abatimentos ao ativo de dívidas não apontam para uma dívida muito bem garantida, mas a pergunta que lhe faço é: pegando apenas nesta como exemplo, o facto de a garantia ser boa facilitava muito a aquisição de crédito ou o fluxo de caixa era sempre o critério fundamental? É que um banco não vive de garantias. A garantia é mesmo o último recurso. O fluxo de caixa é que garante o pagamento do capital e dos juros. Além de ser constantemente desvalorizada, como temos visto nos últimos anos, e em grande parte durante este processo já se sabia que aquelas garantias estavam em queda, a garantia é sempre... Pergunto-lhe qual era a hierarquia na avaliação do risco.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, peço-lhe, por favor, que tente abreviar.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Uma última pergunta: como é que nos diz aqui que o Banco não teria problemas substantivos até meados de 2012 quando, pouquíssimos meses depois... O que é que acha que se terá passado entretanto? É só o registo das imparidades que vinham detrás ou há outros elementos que fazem com que, pouquíssimos meses depois, a situação se inverta completamente e se perceba que o Banco precisa de muito capital logo no final de 2012 e que, inclusivamente, não cumpria nem os rácios prudenciais e tinha riscos de liquidez?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Vou pedir a sua ajuda, Sr. Deputado, porque foram tantas as perguntas.

Quanto à primeira questão, só registei «integração»...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Pedi-lhe a sua opinião sobre as orientações, que são mais ou menos públicas, de que o BANIF deveria reestruturar-se no sentido de contrair a sua atividade, isto é, se elas, em última análise, levavam à integração numa instituição maior. Ou seja, se a DGCom defendeu interesses de megabancos neste processo.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Então, junto essa questão à segunda, em que falou também numa carta da Comissária. Eu não conheço a carta. Nunca vi essa carta.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Não lhe perguntei isso. Perguntei se foi informado da sua existência.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Não, não.

Portanto, a integração... Nunca se falou nisso.

A presença do Banco de Portugal no Banco era física. Há pouco, referi que tinha um espaço próprio com equipamento informático e as pessoas estavam lá sentadas e relacionavam-se. O sistema informático dava-lhes acesso a toda a informação do Banco. Tinham acesso às atas, aos vários órgãos, incluindo o Conselho de Administração. A sua relação com os serviços era diária, conheciam-se muito bem e, portanto, estavam todos no mesmo edifício, pelo que facilmente se deslocavam e trocavam impressões. Portanto, isso era permanente.

Quanto à transferência dos dados para o Banco de Portugal, era feita eletronicamente. A maior parte dos dados eram eletrónicos e quando não podiam ser eletrónicos eram feitos com mapas elaborados para o efeito. Era, portanto, uma transferência formal de informação para o Banco de Portugal.

Quanto às garantias e ao modelo de risco, se é bom, se não é bom, sobre isto não tenho mais nada a acrescentar. É evidente que,

em relação aos modelos de risco de crédito ao consumo... Há pouco disse que tinham sido feitos em colaboração com a universidade, foram validados pelo Banco de Portugal, foram validados pelos nossos auditores. Portanto,... Falharam... Não sei se falharam, não sei se falharam...

É óbvio que a concessão de crédito deve ser dada em função da bondade da operação. A garantia é um conforto.

Relativamente à entidade que referiu, para além da garantia real, havia também mais garantias que, de facto, não vislumbravam qualquer risco nesse crédito. E eu não tenho informação... É claro, já saí há quatro anos, pelo que não tenho informação de que tenha havido algum incumprimento com esta entidade.

Falou-me nos custos de capital. Não percebi a questão dos custos de capital.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Está identificado pelo próprio Banco de Portugal como um dos fatores que leva à quebra dos rácios.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Mas em que data?

O Sr. Miguel Tiago: - Em 2012.

Só lhe queria perguntar se tem conhecimento de qual foi o fator que fez disparar os custos de capital por aquela altura, o risco do Banco, o *rating* do Banco.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Talvez, talvez. Mas não tem aí o excerto da carta?

Pede o enquadramento. Não sei o que são custos de capital...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - Os custos de financiamento. Provavelmente, estamo-nos a referir principalmente a juros.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Ah, só se são os custos dos depósitos. Será?

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - O Banco de Portugal refere-se a eles como *funding costs*.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Ah, então é isso.

É que o Banco, a dada altura, nalguns depósitos a prazo, pagava ligeiramente acima. Não muito, mas ligeiramente acima do mercado para garantir a liquidez, porque o Banco tinha necessidades de liquidez. Deve ser isto.

De facto, havia a preocupação do Banco de Portugal de, digamos, reduzir o custo dos depósitos, que era a nossa preocupação também, obviamente.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - O Banco remunerava as contas a prazo, em valores um pouco benevolentes, para cativar...

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Não eram muito benevolentes, mas davam um acrescimozinho face à concorrência.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): - 630 milhões de perda.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Não, não. Não é isso com certeza.

O Sr. Presidente: - Pergunto se há Srs. Deputados que queiram utilizar a possibilidade de usarem da palavra em terceira ronda, por 3 minutos.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Eurico Brilhante Dias (PS): - Serei mais breve, Sr. Presidente.

Farei três perguntas... Aliás, uma confirmação, para que fique claro, até porque penso que o Partido Socialista irá secundar o PSD no pedido de auditoria forense e dos resultados da auditoria, e duas perguntas.



Em primeiro lugar, é no sentido de lhe pedir para confirmar se não foi contactado nem conhece nenhum relatório que diga respeito à auditoria forense que foi desenvolvida pelo Banco de Portugal e que diz respeito aos anos anteriores a 2012.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Não conheço nem nunca fui contactado.

O Sr. Eurico Brilhante Dias (PS): - Passo a fazer duas perguntas.

Para atingir o rácio de *Core Tier 1* necessário e que estava estipulado, diversos bancos empreenderam processos de reestruturação. Aliás, quer no estudo de viabilidade — aparentemente, não conhecemos o estudo, conhecemos o parecer do Banco de Portugal sobre o estudo —, quer em processos seguintes, o BANIF apresentou vários aspetos, como redução de recursos humanos, de agências, etc.

Esta é a pergunta que lhe faço: nesse quadro, até 31 de dezembro de 2012, o que é que o BANIF tinha em carteira como medidas tendentes a cumprir os rácios de *Core Tier 1*? Que medidas de reestruturação tinha pensadas para atingir esses objetivos, para além da questão da capitalização pública que a seguir veio a ocorrer?

Segunda pergunta: que tipo de operações é que o BANIF fazia sem colateral, sem garantia real?

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Para além daquilo que já referi há pouco, relativo ao fecho de balcões e redução de efetivos, havia também um conjunto de outras medidas que não consigo rememorar. Faziam parte de uma lista elaborada pela Comissão Executiva, portanto pelo Presidente e pelo CFO, que de memória não consigo transmitir.

Mas a medida fundamental era a redução de custos e a redução de atividade. Portanto, havia medidas já previstas também para reduzir a atividade do Banco na medida em que era necessário desalavancar o balanço do Banco.

Relativamente às operações sem garantia real, depende das áreas comerciais e do tipo de operação. Quer dizer, se a área comercial, na sua análise, considerasse que o aval era suficiente a operação era feita com aval. Se não era suficiente, pediam também garantias reais. Portanto, isso era o normal.

O Sr. Eurico Brilhante Dias (PS): - Mas não tinha tipificado o tipo de operações e nas várias tipologias de crédito em que o...

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - O crédito à habitação, obviamente, tem...

A análise financeira e a atividade da empresa justificava apenas os avales dos administradores e/ou proprietários da empresa.

O Sr. Eurico Brilhante Dias (PS): - Então, fundamentalmente, no setor de apoio às PME. É isso que me diz.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Exatamente.

O Sr. Eurico Brilhante Dias (PS): - A pergunta era no sentido de saber se era, fundamentalmente, no setor de apoio às PME.

O Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos: - Sim, sim.

O Sr. Presidente: - Concluimos, assim, esta audição.

Resta-me agradecer ao Sr. Dr. Joaquim Marques dos Santos a colaboração que prestou a esta Comissão e lembro que a próxima audição será com o Dr. Jorge Tomé e terá lugar hoje, às 15 horas, nesta mesma sala.

Está encerrada a reunião.

*Eram 12 horas e 47 minutos.*